



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

MARCONI DA SILVA LEITE JÚNIOR

**METODOLOGIA DE DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA INSTITUIÇÕES
FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR ATRAVÉS DA ANÁLISE FATORIAL**

SOUSA - PB

2023

MARCONI DA SILVA LEITE JÚNIOR

**METODOLOGIA DE DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA INSTITUIÇÕES
FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR ATRAVÉS DA ANÁLISE FATORIAL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Campina Grande, como exigência do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), vinculado ao Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, na área de Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. José Ribamar Marques de Carvalho.

SOUSA/PB

2023

MARCONI DA SILVA LEITE JÚNIOR

**METODOLOGIA DE DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA INSTITUIÇÕES
FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR ATRAVÉS DA ANÁLISE FATORIAL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Campina Grande, como exigência do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), vinculado ao Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, na área de Administração Pública.

Aprovado em: ___/___/_____.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Ribamar Marques de Carvalho
Orientador e Presidente da Banca Examinadora
UFPG/PROFIAP

Prof. Dr. Antônio Erivando Xavier Júnior
Examinador Interno do PROFIAP
UFERSA/PROFIAP

Profa. Dra. Renata Paes de Barros Câmara
Examinadora Externa
UFPB/PPGCC

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ser meu alicerce espiritual e por me conceder saúde para desenvolver esta pesquisa.

A meu pai, Marconi, minha mãe, Maria José, e minha irmã, Cybelle, por todo o incentivo aos meus estudos, acreditando na educação como meio de transformação de vida.

À minha amada esposa, Renata, por sua compreensão e imensa parceria durante o tempo de realização deste trabalho, e a meus queridos filhos, Antônio e Joaquim, fontes de motivação para seguir adiante neste curso de mestrado.

Ao meu orientador, professor doutor José Ribamar Marques de Carvalho, pela serenidade e valorosas contribuições dadas a esta pesquisa.

À Universidade Federal de Campina Grande e a todas as universidades públicas envolvidas nesta pesquisa, pelo impacto social, econômico e cultural que promovem, mesmo em tempos de profunda crise política.

A todos os colegas e professores do Programa de Mestrado em Administração Pública (PROFIAP/CCJS/UFCG), pela partilha de conhecimentos no percurso desta jornada de aprendizados.

RESUMO

A Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) vem adotando o histórico da distribuição orçamentária realizada nos últimos anos como forma de definir o orçamento anual destinado às suas unidades organizacionais, quer sejam centros de ensino ou unidades administrativas. No entanto, verifica-se que tal procedimento não garante uma distribuição necessariamente justa de seus recursos. Assim, este estudo objetiva desenvolver uma metodologia para definição da matriz de distribuição orçamentária, no âmbito da UFCG, alinhada às necessidades locais de cada unidade organizacional, a partir da análise fatorial, no sentido de que o orçamento seja mais condizente com o desempenho, necessidades e especificidades dessas unidades. Na construção do referencial teórico serão abordados temas como orçamento público, planejamento orçamentário, classificações da receita e da despesa pública, além da apresentação da matriz orçamentária que vem sendo utilizada pelo Ministério da Educação (MEC) em relação às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Diante disso, o presente trabalho pretende propor um modelo interno de distribuição dos recursos orçamentários discricionários destinados a cobrir as despesas da UFCG, baseado em critérios objetivos encontrados em outras universidades federais. Para tanto, serão analisados modelos utilizados em IFES localizadas no Nordeste do Brasil, região onde está localizada a instituição-alvo deste estudo, na tentativa de buscar subsídios que possam atender à realidade da UFCG, através de uma pesquisa quali-quantitativa de natureza aplicada, utilizando pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, estudo de caso e observação participante, de modo a se entender a gestão do orçamento na Instituição. Assim, pretende-se tecer uma análise dos dados coletados através de análise fatorial, no intuito de desenvolver e propor uma metodologia de distribuição orçamentária que se alinhe ao contexto da instituição-alvo do estudo.

Palavras-chave: orçamento público; gestão orçamentária; análise fatorial.

ABSTRACT

The Federal University of Campina Grande (UFCG) has been adopting the historical budget distribution as a way to define the annual budget allocated to its organizational units, whether they are teaching centers or administrative units. However, this procedure is not a guarantee of a necessarily fair distribution of its resources. Therefore, this study aims to develop a methodology for defining the budget distribution matrix within UFCG, aligned with the local needs of each organizational unit, based on factor analysis, so that the budget is more consistent with the performance, needs, and specificities of these units. The theoretical framework will address topics such as public budget, budget planning, classifications of public revenue and expenditure, as well as the presentation of the budget matrix that has been used by the Ministry of Education (MEC) in relation to Federal Institutions of Higher Education (IFES). Thus, this study aims to propose an internal model of distribution of discretionary budget resources to cover the expenses of UFCG, based on objective criteria found in other federal universities. To this end, models used in other IFES located in Northeastern Brazil, where the target institution of this study is located, will be analyzed, in an attempt to seek subsidies that can meet the reality of UFCG, through a qualitative-quantitative research of an applied nature, using bibliographic research, documentary research, case study, and participant observation to understand budget management in the institution. Finally, an analysis of the data collected through factor analysis is intended to develop and propose a budget distribution methodology that is more aligned with the target institution of the study.

Keywords: public budget; budget management; factor analysis.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF	Constituição Federal
COVID-19	<i>Coronavirus Disease 2019</i>
EC	Emenda Constitucional
FalaBR	Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação
FORPLAD	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e de Administração das Instituições Federais de Ensino Superior
GRU	Guia de Recolhimento da União
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MATRIZ-OCC	Matriz de Orçamento de Outros Custeios e Capital
MEC	Ministério da Educação
MTO	Manual Técnico do Orçamento
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PPA	Plano Plurianual
RAP	Relação Aluno Equivalente / Professor Equivalente
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEPLAN	Secretaria de Planejamento e Orçamento
SESu	Secretaria de Educação Superior
SPO	Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
SPSS	<i>Statistical Package for Social Science</i>
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFAPE	Universidade Federal do Agreste de Pernambuco
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFDPAR	Universidade Federal do Delta do Parnaíba
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 01 – Gráfico de Escarpa

Figura 01 – Fluxograma da Pesquisa

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – *Campus* e Centros de Ensino da UFCG

Quadro 02 – Indicadores da Matriz OCC do MEC

Quadro 03 – Universidades Federais localizadas na região Nordeste do Brasil

Quadro 04 – Informações detalhadas da classificação do orçamento utilizado na pesquisa

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Critérios para normalização dos indicadores do modelo

Tabela 02 – A IFES utiliza modelo de distribuição orçamentária

Tabela 03 – Percentual de utilização da variável aluno-equivalente da graduação pelas IFES

Tabela 04 – Percentual de utilização da variável aluno-equivalente de mestrado pelas IFES

Tabela 05 – Percentual de utilização da variável atividades ou projetos de pesquisa pelas IFES

Tabela 06 – Percentual de utilização da variável atividades ou projetos de extensão pelas IFES

Tabela 07 – Unidades/Centros de Ensino da UFCG participantes da pesquisa

Tabela 08 – Unidades/Centros de Ensino da UFCG participantes da pesquisa

Tabela 09 – Cargos dos servidores respondentes envolvidos no processo de execução orçamentária

Tabela 10 – Formação dos servidores respondentes envolvidos no processo de execução orçamentária

Tabela 11 – Distribuição de percentual sobre o conhecimento orçamentário dos gestores

Tabela 12 – Distribuição de percentual sobre o conhecimento dos gastos orçamentários

Tabela 13 – Conhecimento do montante orçamentário da instituição

Tabela 14 – Aplicação do *Alfa de Cronbach*

Tabela 15 – *KMO and Bartlett's Test*

Tabela 16 – Matriz Componente com 4 fatores pelo método Varimax

Tabela 17 – Detalhamento da execução orçamentária de custeio da UFCG por Centro de Ensino (período de 2017 a 2021), conforme classificação do Quadro 04.

Tabela 18 – Modelo de matriz para distribuição interna do orçamento de custeio da UFCG (Ano-Base 2017)

Tabela 19 – Modelo de matriz para distribuição interna do orçamento de custeio da UFCG (Ano-Base 2018)

Tabela 20 – Modelo de matriz para distribuição interna do orçamento de custeio da UFCG (Ano-Base 2019)

Tabela 21 – Modelo de matriz para distribuição interna do orçamento de custeio da UFCG
(Ano-Base 2020)

Tabela 22 – Modelo de matriz para distribuição interna do orçamento de custeio da UFCG
(Ano-Base 2021)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1. PROBLEMA DE PESQUISA.....	19
1.2. OBJETIVOS.....	22
1.2.1. Objetivo geral	22
1.2.2. Objetivos específicos.....	22
1.3. JUSTIFICATIVA TEÓRICA	22
1.4. RELEVÂNCIA PRÁTICA	24
2. REFERENCIAL TEÓRICO	26
2.1. ORÇAMENTO PÚBLICO	26
2.2. PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO	27
2.3. CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA PÚBLICA.....	29
2.3.1. Classificação por natureza de receita.....	29
2.3.2. Classificação por indicador de resultado primário	30
2.3.3. Classificação por fonte/destinação de recursos	30
2.3.4. Classificação por esfera orçamentária	30
2.4. CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA PÚBLICA	31
2.5. MODELO DE DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MEC.....	33
2.6. INDICADORES ORÇAMENTÁRIOS PARA IFES	36
3. METODOLOGIA	38
3.1. MÉTODO E ABORDAGEM METODOLÓGICA	39
3.2. ESTRATÉGIA DE PESQUISA.....	39
3.3. UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA.....	40
3.4. PROCESSO DE COLETA DE DADOS	41
3.5. TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	42
4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	44
4.1. CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	44
4.2. APLICAÇÃO DA ANÁLISE FATORIAL	52
4.3. MODELO DE DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA	57
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	81
APÊNDICE A	88

1. INTRODUÇÃO

A partir da implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI, 2007), as instituições federais de ensino superior (IFES) receberam considerável incremento em seu orçamento, o que gerou o desenvolvimento de diversas políticas no âmbito dessas instituições, como a reforma e a construção de novos espaços físicos, o que permitiu, inclusive, a criação de novos *campi* e universidades, aquisição e modernização de equipamentos, aumento do número de vagas ofertadas pelos cursos já existentes, criação de novos cursos, nomeação de servidores docentes e técnico-administrativos, e aumento de contratos de terceirização de serviços.

Uma das políticas públicas mais impactantes, tanto pela repercussão social como pelo volume de investimento empreendido, diz respeito à expansão das universidades federais ocorrida nos anos de 2000. Dados do Ministério da Educação (MEC) apontam que, no Brasil, no início de 2003, havia 45 universidades federais, com 148 *campi* universitários. Já entre 2003 e 2010, em consonância ao Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001) e com a criação do REUNI, esses números aumentaram conforme o movimento de interiorização das universidades. Nesse período foram implantadas 14 novas universidades federais e 126 novos *campi*, o que possibilitou dobrar a oferta de vagas em cursos de graduação (BARBOSA; PETTERINI; FERREIRA, 2020).

Em contrapartida, medidas governamentais estabelecidas desde 2015 quando as despesas do país superaram as receitas governamentais arrecadadas, foram impostos contingenciamentos de parte do orçamento que beneficiaria as IFES, conforme o disposto no Ofício-Circular nº 41/2022/GAB/SPO/SPO-MEC, de 8 de junho de 2022, e na Portaria SETO/ME nº 5.649, de 23 de junho de 2022, o que tem prejudicado não só o desenvolvimento mas também a finalização de obras iniciadas à época do REUNI e até mesmo a manutenção dessas instituições. Outra medida trata-se da aprovação da Emenda Constitucional (EC) 95/2016, que dispõe sobre o Novo Regime Fiscal, por meio do qual foi definido teto de gastos que contribuiu para o aprofundamento da crise social brasileira, especialmente no que tange à assistência social, educação e saúde, já que, desde então, houve congelamento das despesas públicas em termos reais pelos próximos vinte anos, prazo previsto para o acerto das contas públicas (CASSI e GONÇALVES, 2020).

Cabe ressaltar que o orçamento público consiste em um relevante instrumento de gestão pública, pois por meio dele é realizado o planejamento das receitas e despesas de forma sistemática e estruturada, o que possibilita que os programas, projetos e ações

planejados possam efetivamente ser executados, acompanhados e monitorados. Por esse viés, a política orçamentária está diretamente atrelada ao planejamento, implementação, controle e avaliação das ações definidas na administração pública. No Brasil, os objetivos fundamentais da política orçamentária são promover o desenvolvimento econômico, melhorar a distribuição de renda e assegurar o cumprimento das funções primordiais do Estado, tais como justiça, segurança, educação e saúde (CNM, 2013). Para Mendonça (2016), ao tentarmos compreender a distribuição orçamentária, primeiramente precisamos apreender como se faz a política orçamentária.

O orçamento público é um instrumento socioinstitucional que contribui para a tomada de decisão dos gestores, configurando-se como uma ferramenta de planejamento do controle financeiro, que revela os planos e programas de trabalho da gestão. Nesse sentido, no orçamento devem constar a estimativa das receitas e a fixação das despesas. Assim, a correta alocação e a eficiente utilização dos recursos tornam-se essenciais para o alcance do planejamento e do desenvolvimento empreendidos (ZAMBENEDETTI; ANGONESE, 2020).

Nesse contexto, tem-se o Plano Plurianual (PPA) como principal instrumento de planejamento orçamentário, a médio prazo, para todos os entes da federação – municípios, estados e união. O PPA delinea as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal, ao contemplar as despesas de capital (a exemplo dos investimentos em obras e aquisição de equipamentos) e outras delas decorrentes, além de abarcar as despesas que servem para custear programas, projetos e ações de natureza contínua. Consoante a ele, tem-se a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que define as metas e prioridades a serem adotadas para o ano seguinte. Nessa esteira, o terceiro instrumento de planejamento orçamentário é a Lei Orçamentária Anual (LOA), que estabelece os orçamentos da União, por intermédio dos quais são estimadas as receitas e fixadas as despesas do governo federal (SOARES *et al*, 2022).

A elaboração e aprovação do Plano Plurianual deve ocorrer no primeiro ano de mandato do Presidente da República, e tem vigência de quatro anos, prolongando-se até o final do primeiro ano de mandato do seu sucessor. Da mesma forma que o PPA, o poder executivo é responsável também pela elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

De acordo com Speeden e Perez (2020), “a legislação orçamentária brasileira prevê que, anualmente, o chefe do poder executivo deverá apresentar ao Poder Legislativo dois projetos de Lei: a LDO e a LOA”, a primeira fornecendo uma visão geral das metas e

prioridades da gestão pública, e a segunda detalhando a alocação final dos recursos dos governos para o ano seguinte.

Desse modo, os instrumentos legais de planejamento orçamentário fornecem indicativos importantes sobre prioridades assumidas em um governo, visto que apontam os itens da agenda e suas respectivas dotações de recursos para o atingimento das metas pactuadas (SILVA, 2020).

Há um longo caminho entre o planejamento e a elaboração do orçamento até que os recursos cheguem efetivamente aos entes do governo, todavia, todos eles seguem o mesmo rito burocrático, conforme os instrumentos de planejamento evidenciados. Em paralelo, as políticas públicas, bem como os programas governamentais podem ser considerados importantes norteadores na distribuição dos recursos orçamentários, visto que o poder executivo tem a prerrogativa de direcionar orçamento para o atendimento das despesas que julgar prioritárias.

É importante destacar que, nesse contexto, os recursos planejados são executados mediante classificações orçamentárias das despesas, ferramenta extremamente necessária na identificação e controle, de forma detalhada, de como os recursos são aplicados.

A eficiência de gestão de recursos, no caso das IFES, é assumida como a transformação do capital humano pelo desenvolvimento acadêmico percebido pelos indicadores de qualidade no ensino superior, *outputs* em um modelo que considera as despesas incorridas nesse processo. Portanto, compreende-se que a gestão de recursos por meio do orçamento são condutores para promoção de economia e eficiência no uso de recursos públicos (FORSUND, 2017).

Desse modo, a partir da função alocativa do orçamento, a escolha do gestor na aplicação de recursos traz consigo conflitos, sejam de ordem política ou social. Portanto, a tomada de decisão precisa se pautar naquilo que é possível, no que é permitido e politicamente viável (FERNÁNDEZ-GUTIÉRREZ & WALLE, 2018).

Diante, então, do atual cenário político-econômico brasileiro, em que as IFES têm sido cada vez mais impactadas com as mudanças políticas na distribuição dos orçamentos, fica evidente a importância da priorização e implantação de uma administração gerencial, o que favorece métodos mais eficientes na distribuição dos recursos orçamentários. Sem desconsiderar a correlação de forças que atuam nesse cenário, onde, de um lado, a gestão anterior do governo federal (2019-2022) avançava em políticas de desestabilização do setor público, e, de outro, as universidades federais opunham-se ao contingenciamento de seus recursos (ANDIFES, 2022), tal proposta emerge por compreender a necessidade de garantir o

funcionamento, e a própria existência, dessas instituições, por meio do fortalecimento de uma administração pública que, mesmo em meio à crise, garanta a eficiência dos serviços prestados à sociedade.

Nesse contexto, é possível observar que o maior montante de recursos orçamentários que dão suporte à manutenção e modernização das universidades, uma vez que estas são entes de natureza autárquica, provém da descentralização de orçamento por parte do MEC. Para isso, foram definidas diretrizes básicas e critérios técnicos para a distribuição de recursos orçamentários no âmbito das universidades federais, através do Decreto nº 7.233, de 19 de julho de 2010, que “dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária”. O principal objetivo dessa normativa é institucionalizar a alocação de recursos de custeio e capital para as universidades federais, por meio de um “modelo de alocação” que possa garantir mais precisão técnica, transparência e equidade na distribuição de recursos orçamentários.

Posteriormente, a Portaria MEC nº 651, de 24 de julho de 2013, institucionalizou, no âmbito do Ministério da Educação, a Matriz de Orçamento de Outros Custeios e Capital (Matriz OCC) como instrumento de distribuição anual dos recursos destinados à manutenção e funcionamento das universidades federais. Esse modelo de distribuição é um indicador de eficiência e qualidade, no qual o principal parâmetro utilizado é o de “aluno equivalente”, todavia também se destacam os indicadores de produção e de pesquisa. Recentemente, a Portaria acima foi alterada pela Portaria MEC nº 748, de 22 de setembro de 2021, que institucionaliza, no âmbito do MEC, a Matriz de Distribuição de Recursos Discrecionários, composta por oito matrizes, para orientar a distribuição anual dos recursos destinados às universidades federais. Essa última Portaria visa garantir mais transparência aos critérios de alocação de recursos nas IFES, uma vez que, na Portaria nº 651/2013, constava apenas a referência à Matriz OCC.

Na condição de autarquias de regime especial, as universidades federais têm a sua autonomia administrativa, financeira e patrimonial garantidas mediante o artigo 207 da Constituição Federal do Brasil (CF). Assim, cada instituição pode adotar o modelo de gestão que melhor venha a atender às suas necessidades, a fim de que possa alcançar os seus objetivos (BOUZADA; JÚNIOR, 2013).

Integrante do conjunto de universidades federais brasileiras, a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) foi criada a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), através da Lei nº 10.419, de 9 de abril de 2002. Com tal medida, os *campi* de Campina Grande, Patos, Sousa e Cajazeiras passaram a integrar a UFCG, e o *campus* de

Campina Grande se tornou a sede da Universidade. Posteriormente, com o apoio de programas do governo federal para a expansão universitária, foram criados os *campi* de Cuité, Sumé e Pombal. Além disso, a legislação supracitada definiu que os recursos financeiros utilizados para custeio e investimentos seriam provenientes, principalmente, de dotações do Orçamento Geral da União, créditos especiais, créditos adicionais, transferências e repasses, bem como de outras formas previstas em lei.

A estrutura acadêmica da UFCG é formada por 11 (onze) Centros de Ensino, quais sejam: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde; Centro de Ciências e Tecnologia; Centro de Engenharia Elétrica e Informática; Centro de Humanidades; Centro de Tecnologia e Recursos Naturais; Centro de Formação de Professores; Centro de Educação e Saúde; Centro de Saúde e Tecnologia Rural; Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar; Centro de Ciências Jurídicas e Sociais; e Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, conforme pode-se observar no Quadro 01.

Quadro 01 – *Campus* e Centros de Ensino da UFCG

Campina Grande	Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – CCBS
	Centro de Ciências e Tecnologia – CCT
	Centro de Engenharia Elétrica e Informática – CEEI
	Centro de Humanidades – CH
	Centro de Tecnologia e Recursos Naturais – CTRN
Cajazeiras	Centro de Formação de Professores – CFP
Cuité	Centro de Educação e Saúde – CES
Patos	Centro de Saúde e Tecnologia Rural – CSTR
Pombal	Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar – CCTA
Sousa	Centro de Ciências Jurídicas e Sociais – CCJS
Sumé	Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – CDSA

Diante do exposto, fará parte do escopo do presente estudo, através de levantamento documental, analisar como 19 (dezenove) outras universidades federais localizadas na região

Nordeste do Brasil vêm distribuindo seu orçamento discricionário, e, a partir desses dados, propor modelo de distribuição dos recursos orçamentários da UFCG, baseando-se em uma análise fatorial, que possa representar melhor a realidade de cada unidade organizacional (Centro – Unidade Gestora) em relação à distribuição orçamentária.

Tal proposta se apresenta pertinente, pois, no âmbito da UFCG, não há normativa que regulamente a forma de distribuição de seus recursos orçamentários. A falta de metodologia não tem levado em consideração, por exemplo, a existência de indicadores utilizados pelo MEC para descentralização do orçamento às IFES, sendo o principal deles o indicador de aluno-equivalente. Atualmente, a UFCG distribui seu orçamento mediante atos discricionários dos gestores.

1.1. PROBLEMA DE PESQUISA

O orçamento público tornou-se um relevante instrumento na administração em vista do crescimento do Estado, que necessitou da organização de suas receitas e despesas (SILVA, 2021). Na origem da Administração Pública no Brasil, o orçamento público limitava-se a ser um instrumento que continha a previsão das receitas e a autorização das despesas, sem preocupação com planos governamentais e com os interesses efetivos da população, ou seja, tratava-se apenas de uma peça contábil de conteúdo financeiro (GOMES NETO *et al.*, 2009).

Nesse contexto, pode-se perceber o quanto o orçamento público é um instrumento de gestão de alta relevância e, possivelmente, um dos mais antigos da administração pública. Em síntese, ele é utilizado para organizar os recursos financeiros do governo, que também o opera com a intenção de exercer controle sobre as contas públicas.

Segundo Oliveira e Ferreira (2017), “o orçamento público encontra suas origens na necessidade de autorizar e controlar a aplicação de dinheiro público”. Todavia, conforme aborda Giacomoni (2017), “o orçamento deve ser visto como parte de um sistema maior”, composto por planos e programas, que são necessários para a elaboração orçamentária.

Em outras palavras, inicialmente podemos perceber o orçamento público como um instrumento que apresenta funções tanto de controle quanto de planejamento, mas as perspectivas administrativas, gerenciais, contábeis e financeiras ampliam a capacidade desse instrumento apresentar múltiplas funções.

A Constituição Federal de 1988 teve o papel de impulsionar a utilização do planejamento através dos artigos 165 a 169, que, de forma legítima, disciplinam o orçamento público. Nesse contexto, o PPA é o instrumento de planejamento governamental que estabelece as ações de forma regionalizada da administração pública a médio prazo. Único

para toda a administração pública federal, elaborado pelo poder executivo e votado e aprovado pelo poder legislativo, tem duração fixada em quatro anos, envolvendo todos os órgãos da administração, que elaboram suas propostas de forma individualizada e as encaminham para o órgão central do planejamento, para que as informações sejam compiladas e sintetizadas.

Para a sua consecução, é imprescindível a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), visto que nela estão detalhados os programas já previamente aprovados. Além disso, é por meio da LOA que são realizados o monitoramento e a avaliação do PPA. Importante ainda frisar que, entre o PPA e a LOA, tem-se a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que estabelece quais serão as metas e prioridades para a administração no ano seguinte e delinea as regras que deverão ser seguidas para a elaboração da LOA (MENDONÇA, 2016). Nesse sentido, há de se considerar o dispêndio de recursos exigidos para o cumprimento do planejamento de qualquer ação governamental.

Consoante a isso, anualmente o MEC distribui para as IFES o orçamento destinado a cobrir despesas de manutenção, funcionamento e investimentos, quando o valor a ser destinado a cada instituição é definido a partir de cálculos matemáticos, conhecida por Matriz de Distribuição de Recursos Discricionários, que é distribuída em 08 (oito) matrizes, quais sejam: (1) Matriz OCC: Outros Custeio e Capital; (2) Matriz PNAES: Programa Nacional de Assistência Estudantil; (3) Matriz PROMISAES: Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior; (4) Matriz HVET: Hospitais Veterinários; (5) Matriz Escolas Técnicas: Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais; (6) Matriz Colégio de Aplicação: Colégios de Aplicação das Instituições Federais de Ensino Superior; (7) Matriz INCLUIR: Programa de Acessibilidade na Educação Superior; e (8) Matriz ISF: Idiomas sem Fronteiras, todas estabelecidas por meio da Portaria MEC nº 651, de 24 de julho de 2013, alterada pela Portaria MEC nº 748, de 22 de setembro de 2021.

No que diz respeito às fontes de recursos direcionadas às IFES, destacam-se os recursos advindos do tesouro nacional, que são gerenciados pelo MEC e distribuídos às IFES, sendo estes a principal fonte; os recursos próprios gerados pela instituição; os recursos recebidos através de termos de execuções descentralizadas, geralmente firmado com outros órgãos; e os recursos provenientes de emendas parlamentares (SOUSA, 2021).

Conforme podemos observar, o planejamento é uma ferramenta importante para todo o serviço público. Desse modo, é preciso que os gestores das IFES empreendam ações que visem cumprir o estabelecido nas normas constitucionais, a fim de que as despesas ocorram de forma a maximizar os recursos recebidos via Matriz de Distribuição de Recursos

Discricionários do MEC, gerando eficiência e eficácia na sua alocação quando do planejamento da LOA, e, ao mesmo tempo, que criem mecanismos de controle de modo a proporcionar o uso adequado dos recursos.

No âmbito dos regulamentos que regem o funcionamento da UFCG, foi possível encontrar em seu Estatuto (Resolução UFCG nº 05/2002) e em seu Regimento Interno (Resolução UFCG nº 04/2004) que, respectivamente, o Conselho Universitário e a Câmara Superior de Gestão Administrativo-Financeira seriam os órgãos superiores responsáveis por aprovar a proposta orçamentária, o orçamento interno da UFCG, a abertura de créditos adicionais, bem como a prestação de contas anual do reitor, ouvido o Conselho Curador. Ao mesmo tempo, só foi possível encontrar a Resolução nº 01/2004, que aprovou o Orçamento Interno da UFCG, para o exercício financeiro de 2004, sendo que nenhum outro documento de mesmo teor foi publicado posteriormente.

De acordo com o Regimento da Reitoria (Resolução UFCG nº 06/2005), cabe à Secretaria de Planejamento e Orçamento (SEPLAN) a responsabilidade quanto à elaboração do planejamento orçamentário da Instituição. Todavia, o que se percebe na prática é que a UFCG vem adotando o histórico dos últimos anos como forma de definir a distribuição do orçamento anual de suas unidades acadêmicas e administrativas, em detrimento da formulação de um método baseado em critérios objetivos e técnicos, o que pode gerar risco de comprometimento da eficiência na aplicação de seus recursos orçamentários.

Apesar de haver metodologias que foram desenvolvidas para dar suporte ao processo de distribuição e alocação de recursos públicos no âmbito das IFES, a exemplo dos indicadores quantitativos e qualitativos utilizados pelo MEC na Matriz de Distribuição de Recursos Discricionários, entende-se que existem lacunas a serem preenchidas, como a utilização de indicadores ou métodos que busquem diminuir as possíveis distorções no rateio do orçamento, ou seja, a ausência de uma metodologia que possa ser considerada prática o suficiente e capaz de englobar várias dimensões e indicadores, por meio da inserção dos gestores da instituição na ponderação e hierarquização das variáveis, como forma de propor um modelo de distribuição orçamentária interna mais eficiente e alinhada às necessidades locais de cada unidade organizacional.

Diante desse cenário, o presente estudo se propõe a responder à seguinte questão de pesquisa: **Como estabelecer uma metodologia de distribuição orçamentária de custeio, no âmbito da UFCG, a partir da análise fatorial?**

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. Objetivo geral

Desenvolver e propor uma metodologia para definição da matriz de distribuição orçamentária de custeio, no âmbito da UFCG, alinhada às necessidades locais de cada unidade organizacional, a partir da análise fatorial.

1.2.2. Objetivos específicos

- Efetuar levantamento dos modelos de distribuição dos recursos orçamentários utilizados em outras IFES do Nordeste, visando identificar os indicadores adotados por essas instituições;
- Identificar, com base na percepção dos gestores das unidades organizacionais, o grau de importância dos indicadores para a distribuição interna de recursos;
- Elaborar um modelo de distribuição dos recursos orçamentários discricionários de custeio, a partir dos indicadores adotados por outras IFES do Nordeste e apontados como mais importantes para as unidades organizacionais da UFCG através da análise fatorial;
- Comparar os resultados do modelo proposto de distribuição dos recursos orçamentários discricionários de custeio com o histórico de distribuição orçamentária da UFCG.

1.3. JUSTIFICATIVA TEÓRICA

Temas como planejamento, receitas, despesas, previsão, fixação, controle, responsabilidade, decisões, dentre outros, ditam a prática do orçamento público brasileiro, instrumento fundamental para o desenvolvimento do país. Por esse motivo, é primordial que a sociedade em geral conheça e compreenda o funcionamento dessa engrenagem, pois esta atinge diretamente o seu dia a dia (CARVALHO, 2017).

De forma a enfrentar os cenários futuros, cada vez mais restritivos, e buscando atingir os objetivos institucionais, o planejamento revela-se, assim, como ação imprescindível para as instituições públicas (RIBEIRO, 2011). Nesse contexto, o orçamento é uma ferramenta para a realização do planejamento e evidencia, num determinado período, as prioridades na execução das políticas públicas, bem como o montante dos recursos a serem obtidos e o montante das

despesas a serem efetuadas (QUIRINO, 2011). No que toca às IFES, a origem e a utilização dos recursos orçamentários refletem diretamente no funcionamento e no atingimento dos objetivos e metas estabelecidos no planejamento estratégico dessas instituições de ensino (FREITAS, 2006).

Cabe salientar que o processo orçamentário tem natureza preventiva e limita-se a autorizar as despesas que o Estado deve efetuar em determinado exercício (SILVA, 2004). Além disso, o processo orçamentário é dinâmico e contínuo, o que desvela os planos e programas de trabalho do Estado em um determinado período. Em outras palavras, o orçamento sinaliza, em termos financeiros e técnicos, as decisões políticas na destinação e distribuição dos recursos públicos, estabelecendo as ações, os projetos e os programas prioritários para responder às necessidades da comunidade, além de favorecer o controle das finanças públicas, dificultando a realização de gastos não previstos e o desperdício de recursos (ALVES *et al.*, 2014).

No campo acadêmico, a presente pesquisa se mostra como inédita no ambiente institucional da UFCG. Além disso, nos últimos cinco anos foi possível encontrar 43 trabalhos científicos na *Web of Science* que abordassem o tema distribuição orçamentária, porém, no Brasil, poucos estudos abordam a temática de distribuição de recursos orçamentários em IFES, por isso a relevância deste estudo, principalmente quando consideramos o atual período histórico, no qual o governo federal vem contingenciando cada vez mais tais recursos. Alguns estudos, como o de Nuintin (2014), abordam a temática de forma diferenciada, através de análises de eficiência na aplicação de recursos financeiros. Dentre os mais recentes, temos o estudo de Monteiro (2020), que examina o impacto da pandemia da Covid-19 no orçamento público do governo federal; o de Zambenedetti e Angonese (2021), que tem por finalidade verificar o papel do orçamento público em um contexto ambiental que envolve relações de poder e os interesses institucionais em uma Instituição de Ensino Superior (IES); e, um dos mais recentes, de Azevedo (2022), que buscou o desenvolvimento de reflexões sobre a “dimensão do orçamento”, considerando o contexto do orçamento participativo, na busca por demonstrar caminhos para pesquisas e discutir implicações para as organizações.

Nas pesquisas realizadas, o estudo de Mendonça (2016) é o que mais se assemelha ao que esta pesquisa se propõe a fazer, a saber, uma análise comparativa de modelos existentes com o objeto estudado, a fim de sugerir mudanças no processo. A autora concluiu que seu estudo permitiu aprofundar os conhecimentos acerca dos modelos de distribuição orçamentária implementados em algumas IFES, sendo possível notar, através dos

questionários aplicados, que tais modelos devem ser aperfeiçoados permanentemente, o que demonstrou, sob a ótica da pesquisadora, que o tema proposto sempre será atual para futuras pesquisas.

Considerando o cenário que envolve a UFCG, o estudo que mais se aproxima dessa questão é o de Marques (2018), que avaliou o modelo de planejamento e gestão orçamentária nesta Universidade, a fim de sugerir melhorias a partir da criação do orçamento participativo na Instituição.

Institucionalmente, esta pesquisa torna-se relevante à medida que existem poucos estudos semelhantes, e, principalmente, por ser inédita, quando se considera o tema relacionado ao contexto da UFCG, e por propor processo de mudança visando à melhoria de procedimentos internos. Todavia, o modelo a ser proposto não pode ser considerado de caráter limitado, podendo também ser aplicado em outras IFES.

Para o pesquisador, o estudo ora proposto se torna pertinente, além dos motivos já expostos, porque este é servidor lotado na Secretaria de Planejamento e Orçamento da UFCG, setor responsável pelo planejamento orçamentário da Instituição, onde ele próprio pôde verificar *in loco* a problemática apresentada nesta pesquisa.

Em paralelo, tem-se que a temática é assunto rotineiramente discutido no ambiente acadêmico, visto a necessidade dos setores em contratar bens e serviços. Todavia, os indivíduos não demonstram ter ainda a compreensão exata de como os recursos orçamentários são distribuídos, daí a importância de se apresentar um modelo racional, mediante critérios objetivos, para facilitar esse entendimento.

Por fim, entende-se que a pesquisa contribuirá não só no campo teórico, mas vislumbra-se que esta possa atingir a Instituição estudada de forma técnica, abrindo caminhos para discussões mais aprofundadas sobre o tema.

1.4. RELEVÂNCIA PRÁTICA

Tendo em vista as esferas do orçamento público, este trabalho se deterá no orçamento da Universidade Federal de Campina Grande, uma autarquia federal onde, conforme levantamento documental, não há estabelecido um modelo que se utilize de critérios objetivos para distribuição interna dos recursos orçamentários, o que gera o risco de comprometimento da eficiência da aplicação desses recursos e divergências que acabam por comprometer o desempenho dos 11 (onze) Centros de Ensino da UFCG e, conseqüentemente, dos cursos, que

podem apresentar níveis insatisfatórios em relação aos indicadores de gestão apontados pelos órgãos de controle.

Ao mesmo tempo, percebe-se que instituições semelhantes como UFPE, UFAL e UFRN, conforme divulgado em seus sites institucionais, já possuem modelos de distribuição interna dos recursos orçamentários descentralizados pelo MEC, o que permite que essas instituições se utilizem de critérios técnicos e objetivos, como o número de docentes efetivos, carga horária, quantidade de trabalhos publicados, número de diplomados, ingressantes, quantidade de cursos, dentre outros, para tentar garantir uma distribuição orçamentária mais justa e equânime.

Nesse contexto, torna-se essencial a identificação desses modelos de distribuição interna de recursos do orçamento público, pois são referenciais já experimentados e que podem trazer benefícios para os demais entes que ainda não possuem instrumentos dessa natureza, o que, supostamente, pode contribuir tecnicamente com a elaboração de um modelo que possa dirimir as atuais discrepâncias e suprir as necessidades internas não só da UFCG, como também de outras IFES.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. ORÇAMENTO PÚBLICO

O orçamento público é capaz de orientar as decisões que precisam ser tomadas, visando alcançar os objetivos pretendidos, materializando as ações pensadas e programadas pela gestão pública, para um determinado período. Ao elaborar um orçamento, é possível identificar previamente as receitas disponíveis e as despesas fixadas, que serão aplicadas segundo as prioridades estabelecidas em função da política implementada pelo governante (PIRES; MOTTA, 2006).

Portanto, o orçamento pode ser compreendido como parte de um plano estratégico que almeja compreender a estimativa de receitas e a previsão de despesas futuras para a administração de determinado período de tempo. Tal diretriz pode ser aplicada no setor privado ou no setor governamental, contudo esse estudo se limitará à sua aplicação no setor público.

Tendo como finalidade gerenciar e controlar as receitas e despesas anuais de um órgão público, o orçamento público proporciona controle na aplicação dos recursos e monitoramento dos gastos, com vistas a atender as necessidades da comunidade em geral (MANARA *et al.*, 2017).

A evolução teórica de orçamento, de acordo com Morgado (2011), “decorre dos avanços do conhecimento acerca dessa ferramenta, permitindo defini-la de diversas formas, variando da mais simples à mais complexa”. Assim, aspectos administrativos, financeiros, econômicos e jurídicos devem ser levados em consideração para conceber uma definição de orçamento público.

Configurando-se como o principal instrumento para a gestão de uma organização, seja ela pública ou privada, o orçamento viabiliza sustentar o complexo processo decisório, na busca por atingir os objetivos estabelecidos. Nesse sentido, sua elaboração permite prever os recursos que serão disponibilizados e realocá-los segundo as prioridades estabelecidas em função da política implementada pelo governante (PIRES; MOTTA, 2006).

Com um viés mais direcionado para a noção de controle, Giacomoni (2010) afirma que o orçamento público agiu como instrumento de controle, tanto do Legislativo sobre o Executivo, como deste sobre suas próprias unidades integrantes. Essa definição caminha para o sentido de instrumento de controle e fiscalização dos poderes que possuem inter-relações em uma democracia.

Já Abreu e Câmara (2015) definem orçamento público como uma ferramenta estruturante das ações governamentais, imprescindível para o estudo de decisões em políticas públicas, estabelecendo uma forte correlação entre as ideias centrais dos governantes e gestores públicos, trazendo impacto para toda a administração pública, possuindo duas dimensões: a econômica e a política.

Portanto, é importante frisar que o orçamento público não se limita apenas à estimativa de receitas e fixação de despesas, afinal, o gerenciamento do orçamento envolve aspectos de ordem sociopolítica, tendo em vista que os gestores definem, através do orçamento, quais programas, projetos e ações serão criados e desenvolvidos em determinado período, com base nas prioridades de cada governo.

O orçamento público constitui um instrumento dos vários níveis de governo, em que são programados os ingressos e gastos orçamentários a serem realizados em determinado período, com o objetivo de executar os programas das políticas de governo, transferências constitucionais, legais e voluntárias, além dos pagamentos de dívidas e encargos (BEZERRA FILHO, 2012).

Existem regras fundamentais que todo orçamento público deve seguir, diretrizes estas que estão previstas na Constituição Federal, com o propósito de garantir a racionalidade, a transparência e a eficiência na elaboração da peça orçamentária. Tais preceitos são denominados de “princípios orçamentários”, sendo eles: da unidade, da anualidade, da universalidade, da totalidade orçamentária, do orçamento bruto, da não afetação das receitas, da legalidade, da exclusividade, da especificação, do equilíbrio, da publicidade e da clareza (MANARA *et al.*, 2017).

Após apresentadas algumas das definições para orçamento, verifica-se que não há um conceito único sobre essa ferramenta. Pode-se dizer que sua definição evolui com o tempo, na medida em que vão surgindo novas necessidades gerenciais. Assim, é no orçamento público que se traduzem as medidas governamentais tomadas pelo Estado, sejam elas financeiras, políticas, gerenciais ou econômicas. Para isso, é preciso seguir regras previstas nas legislações vigentes, através da elaboração de planejamentos.

2.2. PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

Com a promulgação da Lei nº 4.320/64 e do Decreto nº 200/67, surgiu o processo de planejamento no orçamento público. No entanto, a partir da Constituição de 1988, emergiu ainda mais a necessidade de programar o orçamento, quando foram criados os três

instrumentos de planejamento: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) (SANTOS FILHO e OLIVEIRA, 2017). Santos Filho (2015) destaca ainda que, para a realização das despesas, estas devem estar previamente autorizadas pela LOA.

Santos Filho e Oliveira (2017) consideram o orçamento público como um dos mais importantes mecanismos de gerenciamento da administração pública, já que por meio dele o governo estima a receita que será arrecadada e fixa a despesa que será executada.

O princípio basilar do planejamento orçamentário está no fato do governo conseguir estimar suas receitas de arrecadação e, a partir daí, tentar fixar quanto poderá efetuar de despesas, de acordo com seus programas, projetos e ações, sempre tendo em vista que existem despesas obrigatórias e também discricionárias.

Conforme disposto no art. 100 da Constituição Federal e na LDO de 2022, no âmbito federal, a programação de recursos para pessoal, precatórios e encargos sociais é de responsabilidade do governo. Nesse sentido, o orçamento das instituições e entidades públicas federais abrange, exclusivamente, as demais despesas – chamadas Despesas Discricionárias, denominadas genericamente de Outros Custeios e Capital (OCC), incorporando os programas, os projetos e as atividades previstas na LOA.

O processo orçamentário brasileiro passou por mudanças significativas na forma de planejar a gestão pública no país, mediante a Portaria MPOG 42/99, quando os entes iniciaram a elaboração de seus próprios programas, traçando objetivos e indicadores, e a partir da publicação da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), quando os instrumentos PPA-LDO-LOA passaram a ser efetivamente implantados (AZEVEDO e AQUINO, 2016).

Foi a partir dessa mudança estrutural na forma de planejar o orçamento público, que as IFES passaram a ter seu orçamento distribuído através de programas, assim, com base nessa nova estrutura para o rateio do orçamento público, a Secretaria de Ensino Superior (SESu), vinculada ao MEC, estabeleceu o limite orçamentário. Dessa forma, faz-se a composição da proposta orçamentária da instituição pela distribuição de valores por ações componentes de programas, previamente definidos pelo Ministério da Economia (ME), atividade que é gerida por meio do Sistema de Monitoramento do Ministério da Educação Superior (SIMEC) (UFPE, 2015).

Portanto, os recursos destinados às universidades federais são aplicados com base nos programas de governo, sendo a fonte desses recursos proveniente principalmente do Tesouro Nacional, complementada com emendas parlamentares (individuais ou de bancada), e da

arrecadação própria (recolhimento via GRU). Dessa maneira, tais recursos são aplicados com estrita observância das disponibilidades legais e respeitando suas competências, que cabem, respectivamente, ao Ministério da Economia e ao Ministério da Educação (NUINTIM *et al.*, 2014).

A organização das receitas ou dos recursos disponíveis para determinada instituição é parte do processo de planejamento orçamentário, mas é preciso que haja especial atenção à forma e ao controle de como esses recursos serão detalhados na sua destinação, para isso, as despesas precisam ser previamente classificadas, a fim de que possam ser mensuradas e permitindo que a gestão dos recursos seja mais transparente e eficiente.

2.3. CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA PÚBLICA

A classificação da receita orçamentária é um processo obrigatório para todos os entes da Federação, assim como ocorre com as despesas. É possível, porém, desdobrar essa classificação para atender às necessidades específicas de cada órgão. As receitas orçamentárias são classificadas de acordo com quatro critérios principais: natureza da receita, indicador de resultado primário, fonte ou destinação de recursos e esfera orçamentária. A classificação por natureza da receita é baseada na origem dos recursos, enquanto o indicador de resultado primário busca medir a capacidade do governo em gerar receita suficiente para cobrir suas despesas. A classificação por fonte ou destinação de recursos ajuda a identificar a origem e o destino dos recursos, enquanto a esfera orçamentária separa as receitas conforme a esfera governamental responsável pela sua arrecadação. Esses critérios são fundamentais para a organização e gestão das finanças públicas, possibilitando uma maior transparência e efetividade na utilização dos recursos públicos.

2.3.1. Classificação por natureza de receita

A classificação por natureza de receita do orçamento público é um tema bastante discutido na literatura acadêmica. Segundo Sá *et al.* (2020), “essa classificação é fundamental para que se possa compreender a origem dos recursos públicos e, conseqüentemente, planejar e executar políticas públicas de forma eficiente”. Já para Silva (2018), “a classificação por natureza de receita é uma ferramenta importante para avaliar a efetividade das políticas fiscais, uma vez que permite a identificação das fontes de financiamento das atividades governamentais”. Além disso, Pires e Neves (2019) destacam que “a classificação por natureza de receita permite a mensuração da participação de cada fonte de financiamento no orçamento público, auxiliando na análise da sustentabilidade fiscal do Estado”.

2.3.2. Classificação por indicador de resultado primário

A classificação por indicador de resultado primário do orçamento público é uma importante ferramenta para avaliar a efetividade das políticas públicas. Segundo Ribeiro *et al.* (2019), “a utilização de indicadores de resultado primário permite uma análise mais precisa do impacto das ações governamentais na sociedade, possibilitando uma gestão mais eficiente dos recursos públicos”. De acordo com Oliveira e Carvalho (2020), “a adoção de indicadores de resultado primário no orçamento público também contribui para uma maior transparência e prestação de contas por parte do Estado”. Dessa forma, a classificação por indicador de resultado primário pode ser considerada uma importante estratégia para uma gestão mais eficiente e transparente dos recursos públicos.

2.3.3. Classificação por fonte/destinação de recursos

A classificação por fonte/destinação de recursos do orçamento público é um tema amplamente discutido na literatura acadêmica. De acordo com Lopes e Biderman (2017), “essa classificação permite identificar a origem dos recursos que financiam as despesas públicas, bem como a finalidade a que se destinam”. Já Santos e Leite (2020) destacam que “a classificação por fonte/destinação é uma das mais importantes para o controle e transparência dos gastos públicos, pois possibilita que os cidadãos saibam exatamente como o dinheiro público está sendo utilizado”. Essa classificação também é fundamental para a gestão fiscal responsável, uma vez que permite o acompanhamento da execução orçamentária e o cumprimento das metas fiscais estabelecidas (CUNHA E VASCONCELOS, 2018).

2.3.4. Classificação por esfera orçamentária

Segundo os autores Mendonça e Santos (2019) e Andrade *et al.* (2020), “a finalidade da classificação da receita por esfera orçamentária prevista no Manual Técnico do Orçamento é permitir uma visão detalhada e precisa da origem dos recursos públicos arrecadados pelos entes federativos”. Essa classificação permite que se identifiquem as fontes de receita e a sua distribuição entre as esferas federal, estadual e municipal, possibilitando o planejamento e a gestão eficiente dos recursos públicos. Além disso, a classificação da receita por esfera orçamentária contribui para a transparência e a prestação de contas dos órgãos públicos, uma vez que facilita a análise da execução orçamentária pelos cidadãos e pelos órgãos de controle.

2.4. CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA PÚBLICA

Visando aprofundar entendimentos, este tópico discorrerá sobre as classificações das despesas públicas, no sentido de compreender como a legislação e os atos normativos abordam tais classificações no que tange aos modelos de orçamentos governamentais, sendo essa etapa primordial para o aprofundamento do assunto e também para a apreensão das delimitações da pesquisa.

Os critérios para a classificação das despesas públicas, inclusive para a representação das despesas no orçamento público, contribuem para uma visão mais aguçada do planejamento, pois informam qual a natureza da despesa e o seu objetivo (PISCITELLI; TIMBÓ; ROSA, 2002; CAVALCANTE, 2008).

As informações orçamentárias, como receita, despesa, dados referentes à estrutura, programas, e toda a classificação orçamentária presente no orçamento público, proporciona a leitura e o entendimento da lei orçamentária, tornando-se, desse modo, a linguagem do orçamento. Por meio da classificação é possível estruturar todos os componentes necessários para o orçamento atingir o seu objetivo. As Nações Unidas, através de estudos realizados na década de 1950, visou à introdução de tais classificações econômicas nos orçamentos públicos (GIACOMONI, 2017; PIRES, 2011), o que revela a ampla preocupação de alguns setores, inclusive organismos internacionais, em colaborar como estabelecimentos de diretrizes nesse campo.

Dessa forma, a compreensão do orçamento exige o conhecimento de sua estrutura e sua organização, que são implementadas por meio de um sistema de classificação estruturado. Esse sistema tem a finalidade de atender às exigências de informação demandadas por todos os interessados nas questões público-financeiras, como os poderes públicos, as organizações públicas e privadas e a sociedade em geral. Na estrutura atual do orçamento público, as programações orçamentárias estão organizadas em programas de trabalho, que contêm informações qualitativas e quantitativas, sejam estas físicas ou financeiras. Logo, as despesas públicas são classificadas pela sua programação qualitativa e quantitativa. A programação qualitativa é dividida em classificação por esfera, classificação institucional, classificação funcional, estrutura programática e informações principais da ação. A programação quantitativa é dividida, primeiramente, em dimensão física e financeira; sendo a dimensão física definidora da quantidade de bens e serviços a serem entregues e a dimensão financeira responsável por estipular o montante necessário. A dimensão financeira é classificada em natureza da despesa, composta por categoria econômica, grupo de natureza, modalidade de aplicação e elemento de despesa. Compõem ainda a classificação da dimensão financeira o

identificador de uso, a fonte de recursos, identificador de doação e de operação de crédito, identificador de resultado primário e a dotação (MTO, 2022).

Portanto, importante se faz destacar que é por meio da natureza da despesa que se identifica o objeto do gasto em um determinado órgão. Conforme a Portaria Conjunta STN/SOF/ME N° 117, de 28 de outubro de 2021 – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários, a despesa deve ser discriminada por categoria econômica, grupo de natureza da despesa, elemento da despesa e complementada pela informação gerencial denominada “modalidade de aplicação” (MCASP, 2021).

Giacomoni (2010) afirma que, no que tange às despesas, estas são classificadas em duas Categorias Econômicas: Despesas Correntes e Despesas de Capital. As Despesas Correntes são aquelas que se destinam essencialmente ao custeio e à manutenção de atividades dos órgãos da Administração Pública, a exemplo das despesas com pessoal, água e esgotos, energia elétrica, telecomunicação ou aquisição de materiais de consumo. Já as Despesas de Capital são as de investimentos, inversão financeira, transferência de capital e amortização da dívida, ou seja, contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital, como aquisição de máquinas, equipamentos ou realização de obras.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (2021), o Grupo de Natureza da Despesa é utilizado para agregar elementos de despesa orçamentária que possuam características semelhantes quanto ao objeto de gasto. Esse agrupamento é composto por seis categorias: Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, Outras Despesas Correntes, Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida. Ao utilizar o Grupo de Natureza da Despesa, é possível obter uma visão mais clara e organizada dos gastos públicos.

O mesmo documento supra estabelece que o Elemento de Despesa Orçamentária tem como principal finalidade identificar os objetos de gasto, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, serviços de terceiros prestados sob qualquer forma, subvenções sociais, obras e instalações, equipamentos e material permanente, auxílios, amortização, entre outros que a administração pública utiliza para a realização de suas atividades. É importante destacar que a descrição dos elementos pode não contemplar todas as despesas a eles inerentes, sendo, em alguns casos, apenas exemplificativa. Por meio da correta identificação dos elementos de despesa, é possível acompanhar e controlar os gastos públicos, garantindo uma gestão eficiente e transparente dos recursos.

Finalmente o manual traz que a modalidade de aplicação é uma informação gerencial cujo objetivo é indicar se os recursos serão aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de governo ou por outro ente da Federação e suas respectivas entidades. Além disso, essa informação também indica se os recursos serão aplicados diretamente pela unidade detentora do crédito ou se serão transferidos para entidades públicas ou privadas. A utilização adequada da modalidade de aplicação permite a eliminação da duplicidade de contagem no orçamento, garantindo assim uma gestão mais eficiente e transparente dos recursos públicos (MCASP, 2021).

Nesse contexto, nos moldes como a classificação da despesa pública está atualmente estruturada, mediante estrutura de programação, é plenamente possível analisar e compreender aquilo que foi definido no orçamento público com a despesa efetivamente executada. Tal formato beneficia a transparência, o controle, a análise e verificação das informações, o que também contribui para o diagnóstico de modelos de planejamento e distribuição orçamentária, a exemplo do modelo apresentado pelo MEC às IFES.

2.5. MODELO DE DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MEC

Com base em estudo desenvolvido por Amaral (2008), vê-se que os recursos financiadores das atividades das IFES são divididos em três grupos. Primeiro, os que são diretamente arrecadados pela instituição, provenientes de prestação de serviços. Depois, os recursos de convênios ou contratos com organismos públicos ou privados. E, por fim, os recursos do Tesouro Nacional, oriundos de impostos, taxas, contribuições, etc.

Em meados de 1991, o MEC e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) iniciaram pesquisas e discussões para uma metodologia de alocação dos recursos orçamentários das IFES. Passou-se por alguns modelos de distribuição, porém, após 1999, verificou-se que a metodologia adotada no período resultava em uma partição que provocava uma competição desigual entre as instituições. Assim, em 2002, a Secretaria de Educação Superior (SESu), vinculada ao MEC; a ANDIFES; e o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e de Administração das Instituições Federais de Ensino Superior (FORPLAD) buscaram uma nova forma (SILVA *et al.*, 2012).

A SESu/MEC adotou então uma Matriz de Alocação de Recursos Orçamentários para fazer jus às despesas de custeio e investimento das IFES. Essa Matriz traz em seu cerne a necessidade de diversos indicadores, calculados sobre uma base de dados anuais das IFES, de caráter acadêmico (MEC, 2005).

Para Reis *et al.* (2014), “o modelo propõe alocar recursos com fundamento na produção acadêmica e no desempenho das universidades em indicadores e variáveis relacionados à necessidade de recursos voltados à manutenção e ao desenvolvimento das atividades da instituição, contemplando ainda as metas estabelecidas pelo governo federal para expansão e melhoria da educação superior pública no Brasil”. Ainda segundo o autor, o modelo de alocação de recursos orçamentários para universidades tem como objetivo viabilizar as despesas de custeio e investimento, denominado Outros Custeios e Capital (OCC). Basicamente, o OCC corresponde ao orçamento total da universidade subtraídos os recursos destinados a despesas relacionadas com pessoal. Os recursos orçamentários de OCC são direcionados à realização das despesas correntes relacionadas à aquisição de material de consumo, diárias, passagens, locação de mão de obra, serviços de pessoa física, serviços de pessoa jurídica, e outras, bem como das despesas de capital, como obras, equipamentos e material permanente.

O principal indicador utilizado para fins de análise dos custos de manutenção das IFES, nas rubricas referentes ao orçamento de custeio e capital (OCC) é o chamado Aluno Equivalente (medida utilizada para calcular o número de alunos matriculados e concluintes de uma instituição de ensino com base no total de horas-aula oferecidas por essa instituição). De acordo com Roscoff (2020), “a distribuição dos recursos orçamentários de Outros Custeios e Capital (OCC), para as universidades federais, é baseada numa equação cujas parcelas constituintes fornecem uma medida do tamanho da instituição”, mensurado em termos do número de alunos equivalentes; da eficiência/eficácia da instituição, mensurada em termos de RAP (relação aluno equivalente/professor equivalente); e da qualidade dos cursos ofertados em cada instituição, mensurada com base em conceitos constantes nas bases de dados no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

$$PART_j = h_1 \times PTAE_j + h_2 \times EQR_j$$

A parcela decimal de participação ($PART_j$) de cada universidade federal no total de recursos da Matriz OCC-IFES, a ser distribuída pelo MEC, é calculada de acordo com a equação acima.

- h_1 e h_2 são pesos que terão valores definidos por uma comissão paritária, satisfazendo à seguinte condição: $h_1 > 0$, $h_2 > 0$ e $h_1 + h_2 = 1$;

- $PTAEj$ refere-se à proporção de participação da j -ésima IFES no total de alunos equivalentes, considerando-se todas as N IFES, sendo $PTAEj = \frac{TAEj}{\sum_{j=1}^N TAEj}$;
- $TAEj$ é o total de alunos equivalentes da j -ésima IFES;
- $\sum_{j=1}^N TAEj$ é o somatório total de alunos equivalentes, considerando-se todas as N IFES;
- $EQRj$ é o parâmetro que mede a eficiência e a qualidade acadêmico-científica relativa da j -ésima IFES em relação ao conjunto total das N IFES, dada por:

$$EQRj = \frac{DEQj}{\sum_{j=1}^N DEQj}$$
;
- $DEQj$ refere-se à dimensão eficiência e qualidade acadêmico-científica da j -ésima IFES;
- $\sum_{j=1}^N DEQj$ é o somatório total da dimensão eficiência e qualidade acadêmico-científica, considerando-se todas as N IFES.

De acordo com a Portaria MEC 651/2013, o total de alunos equivalentes da j -ésima IFES ($TAEj$) será definido pela soma dos alunos equivalentes por nível de ensino. Assim, a matriz do MEC estabelece os níveis de graduação, mestrado, doutorado e residências médica e multiprofissional. Já para o cálculo dos indicadores de eficiência e qualidade acadêmico-científica das IFES serão consideradas as dimensões da eficiência das atividades de ensino e da qualidade dos cursos de graduação, mestrado e doutorado.

O total de recurso orçamentário que compõe o montante distribuído pela referida matriz será fixado pelo próprio MEC, portanto, não se distribui o recurso orçamentário total por meio dessa ferramenta, incluindo-se, por exemplo, os recursos próprios, emendas parlamentares, recursos de investimento e de programas de apoio, e os recursos necessários para a manutenção, que, como tratado pela matriz, correspondem ao orçamento total, exceto os recursos para pagamento de pessoal (SILVA *et al.*, 2012; BRASIL, 2013).

O modelo orçamentário adotado incentiva as universidades a cumprirem as metas governamentais e a melhorar os seus indicadores, pois se torna fundamental tal desenvolvimento, tanto para o processo de avaliação das universidades como para a obtenção de financiamento perante o MEC (REIS *et al.*, 2014).

Em 2021, o Ministério da Educação visando dar maior transparência quanto aos critérios de alocação de recursos nas IFES, publicou a Portaria 748/2021 em substituição à Portaria 651/2013 a qual constava apenas a parte da Matriz de Outros Custeios e Capital. A

nova Portaria oficializou outras fórmulas que já vinham sendo utilizadas para a elaboração das Matrizes que compõe a PLOA das Universidades. A falta dessa divulgação era objeto de constante apontamentos por parte dos órgãos de controle federal (CGU e TCU).

2.6. INDICADORES ORÇAMENTÁRIOS PARA IFES

Em termos conceituais, pode-se dizer que indicadores são variáveis do tipo quantitativa ou qualitativa que fornecem sustentação para que possa haver mensuração de resultados, mudanças de implementação ou medição de desempenho de projetos ou políticas. Logo, os indicadores são unidades de medida que representam ou quantificam insumos, resultados, a característica ou o desempenho de um processo, serviço ou produto. Enquanto unidades de medidas, os indicadores referem-se às informações que são mensuráveis (EVANGELISTA; ALMEIDA; ABREU, 2020).

Já para Divino, Bezerra Filho e Nossa (2019), compreende-se por indicador o elemento que promove a verificação de um fato a ser observado. Para os autores, na administração pública a aplicação de indicadores econômicos pode possibilitar estudos na área de orçamento.

Logo, pode-se inferir que indicador é um elemento que possui o objetivo de apontar algo através da demonstração do desempenho, sendo um guia eficiente na análise de cenários. Eles podem ser utilizados como recursos na gestão e avaliação de diversas áreas, dessa forma, podemos citar como exemplo os indicadores de desempenho e gestão para as IFES, elaborados pelo Acórdão TCU nº 1.043/2006 – Plenário, bem como os indicadores contidos na Matriz de Orçamento que o MEC utiliza para descentralizar recursos orçamentários para as universidades federais.

O MEC institucionalizou a Matriz OCC como instrumento de distribuição anual dos recursos orçamentários destinados às universidades federais. Na elaboração do documento, definiu-se quais seriam os indicadores que serviriam de base para o cálculo da matriz, sendo esses os indicadores relativos ao número de alunos matriculados e concluintes de graduação e de pós-graduação de cada universidade federal, bem como, entre outros, o indicador de eficiência/eficácia RAP (relação aluno professor) e os indicadores de qualidade dos cursos de graduação e de pós-graduação baseados em sistemas de informação do próprio MEC, conforme observado no Quadro 02 (MEC, 2013).

Quadro 02 - Indicadores da Matriz OCC do MEC

Indicadores Quantitativos	Indicadores Qualitativos
---------------------------	--------------------------

Aluno equivalente da graduação	Dimensão eficiência das atividades de ensino
Aluno equivalente dos cursos de mestrado	Dimensão qualidade dos cursos de graduação
Aluno equivalente dos cursos de doutorado	Dimensão qualidade dos cursos de mestrado
Aluno equivalente da residência médica e multiprofissional	Dimensão qualidade dos cursos de doutorado

Fonte: MEC, 2013, adaptado.

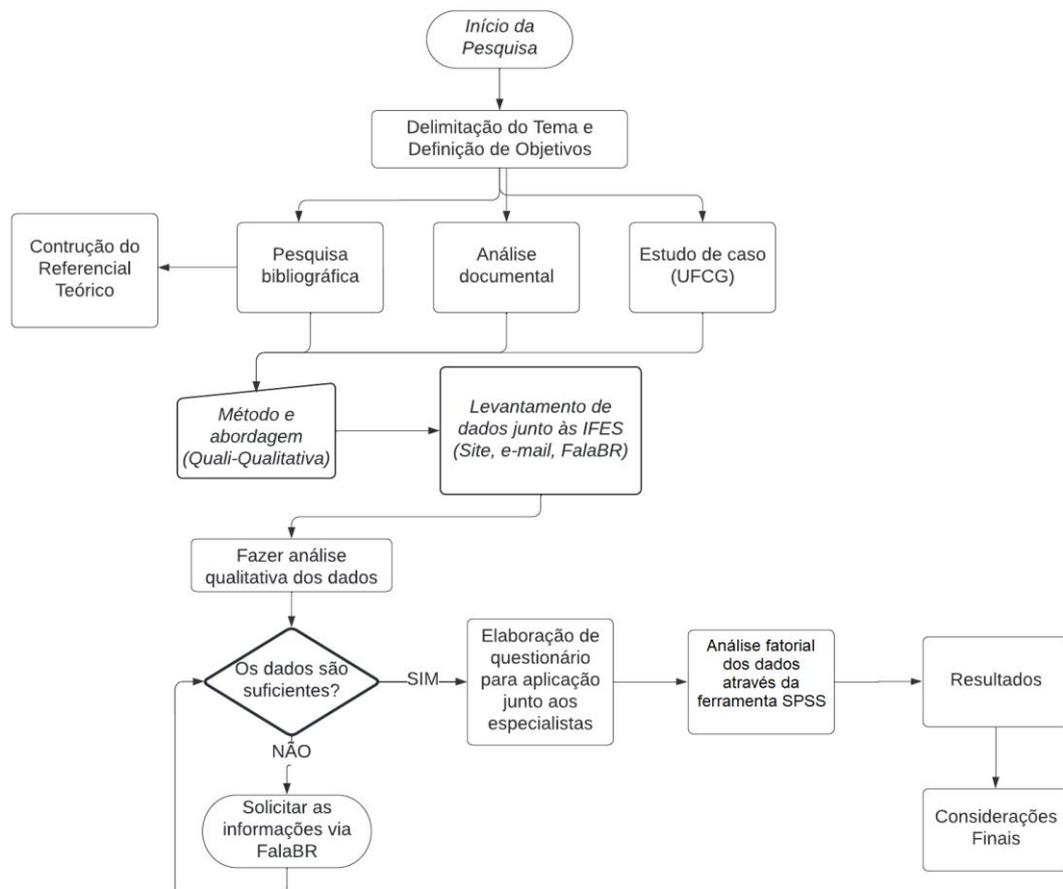
Conforme exposto anteriormente nesse trabalho, a Portaria MEC nº 748, de 22 de setembro de 2021, é responsável por institucionalizar, no âmbito do MEC, a Matriz de Distribuição de Recursos Discricionários, desse modo, ela é composta por oito matrizes, para orientar a distribuição anual dos recursos destinados às universidades federais. Assim, as fórmulas de calcular os indicadores acima serão apresentadas de acordo com os resultados obtidos por essa pesquisa.

3. METODOLOGIA

Este trabalho pretende desenvolver e propor uma metodologia que seja capaz de orientar a distribuição dos recursos orçamentários discricionários destinados a cobrir despesas de custeio da Universidade Federal de Campina Grande, através da Análise Fatorial, utilizando como ferramenta o pacote estatístico SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*). Dessa forma, este capítulo busca descrever os procedimentos metodológicos que foram utilizados no desenvolvimento da pesquisa, de modo a facilitar a resposta da problemática apresentada, levando em consideração que o trabalho não se limita à perspectiva do campo teórico, mas também a realizar uma abordagem prática e aplicável na referida Universidade.

A Figura 1 estabelece o fluxograma que este estudo buscou seguir:

Figura 01 - Fluxograma da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

3.1. MÉTODO E ABORDAGEM METODOLÓGICA

A abordagem utilizada é a quali-quantitativa, pois a pesquisa almeja explicar os fatores que poderão influenciar os resultados a serem obtidos, e também se propõe a utilizar técnicas estatísticas através de análise fatorial para apresentar os resultados, por considerar esta metodologia a mais adequada para alcançar os objetivos propostos.

Conforme afirma Gray (2012), “a pesquisa qualitativa pode ser utilizada para identificar os tipos de conceitos ou variáveis que poderão ser tratados posteriormente”. Ademais, para Silveira e Córdova (2009) “a pesquisa qualitativa se preocupa com o aprofundamento da compreensão das instituições estudadas”. Logo, as características da pesquisa qualitativa poderão ser observadas durante a análise documental a ser realizada com cada instituição pesquisada. A pesquisa também se tipifica como quantitativa, pois, segundo Richardson *et al.* (2009), “caracteriza-se pelo uso e quantificação na coleta e no tratamento das informações por meio de técnicas estatísticas”, que, no caso concreto deste trabalho, ocorrerá mediante análise fatorial por meio do SPSS.

Como forma de investigação, utilizou-se também da observação participante pois ela oferece a oportunidade de obter uma perspectiva holística e autêntica sobre as matérias em estudo. No entanto, é importante destacar que os pesquisadores não devem restringir-se exclusivamente a esse método de observação, apesar de sua inegável utilidade (MÓNICO *et al.*, 2017).

3.2. ESTRATÉGIA DE PESQUISA

Quanto à estratégia de pesquisa, pretende-se utilizar a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e o estudo de caso. Bibliográfica por se utilizar de investigações referentes aos assuntos presentes no referencial teórico, que, conforme Gil (2008), “são desenvolvidas mediante materiais elaborados anteriormente, a exemplo de livros e periódicos científicos”. Para isso, a pesquisa traz em sua fundamentação temas relevantes, como orçamento público, planejamento orçamentário e classificação da receita e da despesa pública, que contribuirão para o entendimento do campo teórico abordado.

Já a pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, como tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, relatórios de empresas, vídeos, entre outros (FONSECA, 2002). Nesse caso, o estudo em questão pretende se utilizar de modelos de distribuição orçamentária

utilizados internamente por instituições federais de ensino superior, considerando o levantamento feito mediante pesquisa em *sites* institucionais, tendo em vista que a maioria dessas instituições publiciza suas normativas, como resoluções e portarias, nesses portais. Todavia, esse procedimento não impediu que fossem utilizadas outras ferramentas para a obtenção de informações, a exemplo de *e-mail* e da plataforma FalaBR de acesso à informação.

É importante evidenciar que nesta pesquisa foram utilizados dados provenientes da análise documental, o que incluiu portarias, regulamentos, resoluções e relatórios de gestão, bem como estudos e avaliações do local sob estudo, pois estes contribuíram de forma substancial para o atendimento dos objetivos do trabalho.

Quanto ao estudo de caso, justifica-se sua utilização pelo fato desse instrumento possibilitar que se conheça a fundo um determinado cenário, que, no caso desta pesquisa, serão os critérios internos de distribuição orçamentária da UFCG. De acordo com Günther (2006), “o estudo de caso é um instrumento utilizado quando a pesquisa é relacionada ao estudo de um contexto específico”. Por sua vez, Yin (2010) destaca que “o estudo de caso serve para compreender fenômenos complexos, tais como processos administrativos e organizacionais, possibilitando uma investigação que preserva as características desses fenômenos”. Dessa forma, a ferramenta metodológica do estudo de caso contribui para a consecução do objetivo geral deste trabalho, tendo em vista que para desenvolver e propor algo é necessário conhecer com profundidade o tema ou a situação estudada.

Considerando ainda que a pesquisa objetiva elaborar e propor um modelo de distribuição interna dos recursos orçamentários discricionários de custeio para a UFCG, no que tange à sua finalidade, ela é de natureza aplicada, que, segundo Gil (2008), tem como característica principal “o interesse na aplicação, utilização e consequências práticas dos conhecimentos”, visto a pretensão de aplicar os conhecimentos existentes ao tema, gerando valor teórico e aplicação em um ambiente específico.

3.3. UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA

Esse estudo investigou critérios e processos da distribuição de recursos orçamentários no âmbito da UFCG, bem como efetuou levantamento dos modelos de distribuição orçamentária de outras instituições federais de ensino superior, mediante consulta a *sites* institucionais, canais oficiais de acesso à informação, e através de solicitação de informações por meio de *e-mail*. Desse modo, foi pesquisado o universo das outras 19 universidades federais existentes na região Nordeste do Brasil, conforme apresentadas no Quadro 03, tendo

em vista estas estarem localizadas na mesma região geográfica da instituição-alvo desta pesquisa, o que denota características sociais e culturais muito semelhantes. Quanto à delimitação temporal, foram considerados 05 (cinco) anos, ou seja, o período de 2017 a 2021, pois desse modo foi possível avaliar o orçamento em dois contextos históricos: o primeiro, quando não havia um impactante contingenciamento de recursos, que vai de 2017 a 2019; e o segundo, período que envolveu a pandemia do coronavírus (Covid-19), entre 2020 e 2021, o que agravou a redução de orçamento pelo governo. O ano de 2022 não será considerado, devido alguns dados necessários para os cálculos propostos pela matriz deste estudo não estarem disponíveis para consulta pública durante a análise dos dados da pesquisa.

Quadro 03 – Universidades Federais localizadas na região Nordeste do Brasil

Alagoas	UFAL
Bahia	UFBA; UFOB; UFSB; UFRB
Ceará	UFC; UFCA; UNILAB
Maranhão	UFMA
Paraíba	UFPG; UFPB
Pernambuco	UFPE; UFRPE; UNIVASF; UFAPE
Piauí	UFPI; UFDPAR
Rio Grande do Norte	UFRN; UFRSA
Sergipe	UFS

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

3.4. PROCESSO DE COLETA DE DADOS

A estrutura deste estudo consiste em desenvolver e propor uma metodologia para definição da matriz de distribuição orçamentária, no âmbito da UFCG, alinhada às necessidades locais de cada unidade organizacional, a partir da análise fatorial.

Para isso, efetuou-se levantamento dos modelos de distribuição dos recursos orçamentários utilizados em outras 19 (dezenove) IFES do Nordeste brasileiro, através da aplicação de questionário, visando identificar os indicadores adotados por essas instituições, no intuito de encontrar semelhanças e divergências no uso dos indicadores, todavia apenas uma delas não aceitou participar da pesquisa.

De posse de tais indicadores, em seguida, com base na percepção de 36 gestores das unidades organizacionais da UFCG (a exemplo de diretores, vice-diretores, pró-reitores,

gestores financeiros e coordenadores), ponderou-se o grau de importância dos indicadores para a distribuição interna de recursos discricionários.

Para isso, foi aplicado um questionário no intuito de identificar a percepção dos gestores da instituição na ponderação dos pesos dos indicadores que serão selecionados para construir a matriz orçamentária. A ideia consiste em minimizar a subjetividade existente na escolha de variáveis para subsidiar o processo de decisão em relação à distribuição da matriz orçamentária discricionária.

Na sequência, foi elaborado um modelo de distribuição dos recursos orçamentários discricionários para a UFCG, a partir dos indicadores adotados por outras IFES do Nordeste, considerando o grau de importância estabelecido pelos gestores para esses indicadores.

Para a continuidade da pesquisa, foi realizado um levantamento do histórico da execução orçamentária da UFCG a partir dos critérios estabelecidos no Quadro 04 desta pesquisa, com os dados obtidos foi possível filtrar as despesas empenhadas por Centro de Ensino, como também identificar as despesas com terceirização, bolsas estudantis e despesas administrativas.

Complementarmente, para que fosse possível efetuar os cálculos propostos pelo modelo de distribuição orçamentário, a fim de que estes pudessem ser analisados e comparados com os dados históricos, também se fez necessário obter dados institucionais e acadêmicos através de plataformas oficiais como as do INEP, e-MEC e Dados Abertos da PRE/UFCG. Cabe frisar que esses dados foram utilizados apenas para fins de cálculo das fórmulas apresentadas neste estudo e caberá apresentar apenas os resultados obtidos. Já para o comparativo entre os resultados do modelo proposto de distribuição dos recursos orçamentários discricionários com o histórico de distribuição orçamentária da UFCG, foi necessário solicitar ao órgão um relatório específico obtido através do sistema Tesouro Gerencial.

3.5. TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Na etapa de aplicação do questionário de pesquisa foi realizado um pré-teste com alguns gestores da UFCG, de modo que foi possível identificar fragilidades do instrumento. De posse de tais respostas, foram feitas as ponderações e os ajustes devidos, para só assim realizar-se a aplicação da pesquisa. Após esse procedimento, foi aplicado o teste de consistência interna das variáveis do questionário, por meio do Coeficiente *Alfa* de *Cronbach*.

A escala utilizada para essa ponderação foi de cinco pontos. Dessa forma, foi considerado que a opinião de vários gestores acerca da importância do(s) indicador(es) do

modelo proporciona um resultado mais alinhado à realidade local, posto que os escolhidos são pesquisadores ou profissionais que atuam direta ou indiretamente na área de orçamento público da instituição. Assim, para cada indicador, o gestor atribuirá uma nota dentro de uma escala de 5 pontos, onde 0 = sem opinião formada; 1 corresponde a nenhuma importância do indicador; 2 = baixa importância; 3 = média importância; 4 = alta importância; 5 = muito alta importância do indicador.

De posse da tabulação dos dados atribuída pelos gestores foram definidos os critérios para normalização dos pesos dos indicadores que serão utilizados na análise fatorial, segundo a Tabela 1.

Tabela 01 – Critérios para normalização dos indicadores do modelo

Escala	Nomenclatura	Peso Normalizado
0	Sem opinião formada	0,00
1	Nenhuma importância do indicador	0,00
2	Baixa importância do indicador	0,25
3	Média importância do indicador	0,50
4	Alta importância do indicador	0,75
5	Muito alta importância do indicador	1,00

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Após a fase anterior, adotou-se a análise fatorial, por esta ser uma técnica bastante utilizada na pesquisa em diversas áreas do conhecimento. Segundo Pires e Santos (2020), “a análise fatorial permite reduzir a complexidade de um conjunto de variáveis, identificando aquelas que possuem maior poder explicativo e que estão mais relacionadas entre si”. Já Fernandes e Oliveira (2021) destacam que “a análise fatorial é uma técnica exploratória que pode ajudar a identificar a estrutura subjacente de um conjunto de dados, permitindo identificar possíveis padrões e relações entre variáveis”.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

A aplicação dos questionários dessa pesquisa ocorreu no período de novembro de 2022 a fevereiro de 2023, onde em um primeiro momento foram coletadas informações com instituições federais de ensino superior localizadas no Nordeste brasileiro, sendo elas vinculadas à SESu/MEC, principalmente para saber quais delas utilizavam modelo de distribuição orçamentária. Dessa forma, do total de 19 instituições pesquisadas, apenas uma não respondeu a essa pesquisa, sendo que 12 (66,67%) utilizam algum modelo de distribuição orçamentária, enquanto 6 (33,33%) não utiliza nenhum modelo, conforme pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 02 – A IFES utiliza modelo de distribuição orçamentária

Na Universidade pesquisada há um modelo interno de distribuição orçamentária dos recursos provenientes da descentralização do MEC (via Matriz OCC)			
	Frequência	Percentual	Porcentagem Cumulativa
Sim	12	66,67	66,67
Não	6	33,33	100,00
Total	18	100,00	

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

O levantamento junto às Universidade Federais identificou mais de 20 variáveis (vide tabela 16) utilizadas por elas para realizar a distribuição do orçamento junto a suas unidades administrativas e acadêmicas. Como principais exemplos utilizados temos as de aluno-equivalente da graduação, aluno-equivalente de mestrado, atividades ou projetos de pesquisa e atividades ou projetos de extensão.

Tabela 03 – Percentual de utilização da variável aluno-equivalente da graduação pelas IFES pesquisadas

Aluno-equivalente da graduação			
	Frequência	Percentual	Porcentagem Cumulativa
Sim	7	58,33	58,33
Não	5	41,67	100,00
Total	12	100,00	

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Como verifica-se na Tabela 3, sete universidades pesquisadas fazem uso da variável aluno-equivalente, o que representa 58,33% do total de instituições que utilizam algum modelo de distribuição. Cabe destacar, que esta variável é considerada a mais relevante para a matriz de distribuição que o Ministério da Educação utiliza, representando 90% do cálculo da Matriz OCC. Através da Decisão n. 408/2002 do Plenário, o TCU determinou que as IFES passassem a incluir diversos indicadores em seus relatórios de gestão com o objetivo de que fosse possível realizar comparação entre as universidades, permitindo assim avaliações tanto individuais quanto coletivas entre essas instituições. Passando a ser possível também analisar a evolução dos indicadores em comparação às políticas públicas implementadas pelas IFES (SOUSA, 2021).

Tabela 04 – Percentual de utilização da variável aluno-equivalente de mestrado pelas IFES pesquisadas

Aluno-equivalente dos cursos de mestrado			
	Frequência	Percentual	Porcentagem Cumulativa
Sim	3	25,00	25,00
Não	9	75,00	100,00
Total	12	100,00	

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

A variável de aluno-equivalente dos cursos de mestrado se mostrou menos utilizada que a dos alunos de graduação, todavia não podemos considerar menos importante, visto que ela demonstrou ser utilizada por 25% das instituições e com mais frequência do que outras variáveis pesquisadas.

Tabela 05 – Percentual de utilização da variável atividades ou projetos de pesquisa pelas IFES pesquisadas

Atividades ou projetos de pesquisa			
	Frequência	Percentual	Porcentagem Cumulativa
Sim	5	41,67	41,67
Não	7	58,33	100,00
Total	12	100,00	

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Em relação às variáveis que envolvem atividades ou projetos de pesquisa e atividades ou projetos de extensão, as duas variáveis demonstraram ser utilizadas pelo mesmo quantitativo de instituições (5), conforme demonstrado nas Tabelas 5 e 6, o que representa um

percentual importante de 41,67% em comparação com outras variáveis estudadas. As Institutos Federais possuem uma função regimental que vai além da oferta do ensino, incluindo a atuação em pesquisas científicas e projetos de extensão. Para isso, as IFES alocam recursos visando o fomento dessas atividades, o que requer uma competição entre elas por orçamento. Nesse sentido, é necessário realizar uma análise criteriosa para a distribuição adequada dos recursos (FONSECA, 2019).

Tabela 06 – Percentual de utilização da variável atividades ou projetos de extensão pelas IFES pesquisadas

Atividades ou projetos de extensão			
	Frequência	Percentual	Porcentagem Cumulativa
Sim	5	41,67	41,67
Não	7	58,33	100,00
Total	12	100,00	

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Dentre outros dados levantados junto às universidades federais do Nordeste, temos que mais de 40% delas tiveram seus modelos de distribuição orçamentária aprovado pelo Conselho Superior da própria instituição. Consoante a isso, pelo menos 30% tiveram participação da comunidade acadêmica no processo de distribuição dos recursos. Outro dado positivo é que para 50% dessas instituições pesquisadas, o modelo utilizado de distribuição orçamentária atende às demandas das unidades acadêmicas/departamentos e para 7 instituições, sejam elas mais de 58% das que utilizam algum modelo, a atual forma de distribuição orçamentária atende às expectativas da instituição. Porém, para mais de 41% das universidades há distribuição orçamentária fora do modelo interno utilizado.

Consoante ao exposto, o questionário aplicado com diversos setores da Universidade Federal de Campina Grande, instituição foco deste estudo, serviu também para identificar quais indicadores eram apontados como os mais importantes para cada um deles. No total foram 36 unidades respondentes através dos seus respectivos gestores, sejam eles principalmente Diretores, Vice-Diretores e Gestores Financeiros de Centros de Ensino e representantes da Administração Superior da UFCG (Pró-Reitorias, Secretarias e Coordenações), conforme melhor detalhado nas Tabelas 7 e 8.

Tabela 07 – Unidade/Centro de Ensino da UFCG participantes da pesquisa

Unidade/Centro de Ensino dos servidores respondentes que estão envolvidos no processo de execução orçamentária da UFCG	Frequência	Percentual	Porcentagem Cumulativa
---	------------	------------	------------------------

Administração Superior	8	22,22	22,22
Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - CCBS	3	8,33	30,56
Centro de Ciências e Tecnologia - CCT	3	8,33	38,89
Centro de Humanidades - CH	1	2,78	41,67
Centro de Tecnologia e Recursos Naturais - CTRN	3	8,33	50,00
Centro de Ciências Jurídicas e Sociais - CCJS	3	8,33	58,33
Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar - CCTA	3	8,33	66,67
Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido - CDSA	3	8,33	75,00
Centro de Educação e Saúde - CES	2	5,56	80,56
Centro de Formação de Professores - CFP	4	11,11	91,67
Centro de Saúde e Tecnologia Rural - CSTR	3	8,33	100,00
Total	36	100,00	

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Logo, como se pode observar na Tabela 07, a maioria dos respondentes (22,22%) estão alocados na Administração Superior do Órgão, sendo o restante distribuído de forma quase que equânime entre os Centros de Ensino, onde do total de 11 Centros, apenas 1 não respondeu a essa pesquisa. Já na tabela abaixo, temos o detalhamento de acordo com o cargo/função ocupado pelos respondentes da pesquisa, na qual se verifica que exatamente 50% são diretores e vice-diretores de Centros de Ensino, seguidos de gestores financeiros (16,67%), pró-reitores ou secretários (13,89%), coordenadores (13,89%) e outros cargos (5,56%).

Tabela 08 – Unidade/Centro de Ensino da UFCG participantes da pesquisa

Cargo/Função dos servidores respondentes que estão envolvidos no processo de execução orçamentária da UFCG	Frequência	Percentual	Porcentagem Cumulativa
Pró-Reitor ou Secretário	5	13,89	13,89
Diretor(a) de Centro de Ensino	9	25,00	38,89
Vice-Diretor(a) de Centro de Ensino	9	25,00	63,89
Gestor(a) Financeiro(a)	6	16,67	80,56
Coordenador(a)	5	13,89	94,44
Outros	2	5,56	100,00
Total	36	100,00	

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Temos que a maioria dos ocupantes de cargo de gestão inseridos de alguma forma no processo de execução orçamentária são Professores do Magistério Superior (69,44%), seguidos dos Técnicos Administrativos em Educação (27,78%), sendo que a maioria possui grau de Doutorado (72,22%) e de Mestrado (16,67%), demonstrando um alto grau de qualificação desses representantes, conforme Tabela 9.

Tabela 09 – Cargos dos servidores respondentes envolvidos no processo de execução orçamentária

Cargos dos servidores respondentes que estão envolvidos no processo de execução orçamentária da UFCG	Frequência	Percentual	Porcentagem Cumulativa
Professor do Magistério Superior	25	69,44	69,44
Professor do Ensino, Básico, Técnico e Tecnológico	1	2,78	72,22
Técnico-Administrativo em Educação	10	27,78	100,00
Total	36	100,00	

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Observa-se, na Tabela 10, que a maioria além de trabalhar em setores que necessitam de conhecimentos sobre o tema do estudo, apresentam nível de instrução satisfatório (72,22% com doutorado e 16,67% mestrado), denotando que o conhecimento adquirido é fator essencial para fortalecer a compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades implícitas que a função exige para o cumprimento das atribuições do gestor.

Tabela 10 – Formação dos servidores respondentes envolvidos no processo de execução orçamentária

Grau de formação dos servidores respondentes que estão envolvidos no processo de execução orçamentária da UFCG	Frequência	Percentual	Porcentagem Cumulativa
Graduação	2	5,56	5,56
Especialização	2	5,56	11,11
Mestrado	6	16,67	27,78
Doutorado	26	72,22	100,00
Total	36	100,00	

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Após identificação do perfil profissional dos gestores das unidades, o questionário ajudou a mensurar o grau de conhecimento que eles teriam, enquanto representantes de Unidades Administrativas/Centros de Ensino e como agentes atuantes no processo de execução orçamentária da instituição, sobre o que ocorre com o orçamento nas suas unidades (Tabela 11).

Desse modo, conforme observa-se na Tabela 11, 52,78% dos entrevistados concordam parcialmente ou totalmente que conhecem como ocorre a distribuição orçamentária entre a Reitoria e o Centro de Ensino e ratificando o grau de conhecimento que esses gestores têm em relação à forma de distribuição do orçamento, 80,56% deles responderam que concordam de alguma forma como isso acontece no âmbito de seu Centro. Todavia, apesar de afirmarem conhecer a distribuição orçamentária, quando foi perguntado sobre o conhecimento deles sobre a distribuição de recursos de custeio e capital, tivemos um índice de 69,45%, percentual

um pouco abaixo do que eles concordaram conhecer em seus Centros.

Posteriormente, quando perguntados sobre procedimentos que envolvesse gastos, prestação de contas e controle do orçamento, os gestores demonstraram, em sua maioria, concordar que dominam os procedimentos necessários para estas duas primeiras ações, visto que 36,11% afirmam dominar parcialmente e 33,33% dominar totalmente procedimentos de gastos e 38,89% concordam parcialmente e 36,11% concordam totalmente dominar procedimentos de prestar contas. Em relação ao controle, o índice de concordância com os procedimentos anteriores foi bem próximo (72,22%), porém o que chama atenção é que desse percentual, 61,11% concorda totalmente que sua unidade mantém o controle de gastos atualizados.

Em seguida, os gestores avaliaram a adequação da distribuição dos recursos orçamentários de custeio e capital às necessidades da unidade. Dessa forma, tivemos uma constatação bem interessante, onde 41,66% discordaram de alguma forma que houvesse uma distribuição adequada e o mesmo índice 41,66% concordou parcialmente ou totalmente que a distribuição fosse adequada em sua respectiva unidade. Sendo que o índice de neutralidade, ou seja, que nem discorda e também não concorda foi de 16,67%. No entanto, rotineiramente percebe-se que as unidades reivindicam pelo atendimento principalmente de demandas envolvendo recursos de capital, ou seja, recursos para aquisição de bens e equipamentos para os diversos ambientes e laboratórios. A necessidade por recursos de custeio também é evidenciada pelas unidades através de pedidos de financiamento de projetos ou eventos e pela manutenção e reforma de ambientes.

Considerando que os recursos distribuídos aos Centros/Unidades são para atender demandas administrativas ou que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão, as respostas dos gestores de unidades quanto dos Centros foram bem similares, pois mais de 55% deles concordam que existem regras claras para a distribuição de recursos aos solicitantes, exatamente 22,22% discordam de algum modo da existência clara dessas regras, enquanto aproximadamente 20% se mantiveram neutros.

Quanto às discussões sobre a prioridade para aplicação dos recursos, 44,44% dos gestores de unidades concordam parcialmente com a realização de tais ações, enquanto 27,78% concorda totalmente, demonstrando um índice (72,22%) relativamente satisfatório. Porém, 22,23% discordaram da existência de tais ações, os quais demonstraram que algumas unidades ainda precisam avançar com essa discussão. Para os gestores dos Centros de Ensino 60% concordam que são realizadas discussões sobre a prioridade para aplicação dos recursos, percentual inferior às unidades, já para 25,71% há discordância sobre a existência de tais

discussões, índice semelhante ao das unidades.

Em relação à transparência no processo de prestação de contas, os gestores das unidades demonstraram discordar menos (13,89%) que os gestores dos Centros de Ensino (22,22%). Ao passo que isso refletiu no grau de concordância de que existe transparência na prestação de contas das unidades (77,78%) mais do que nos Centros (66,67%). O mesmo reflexo pode ser observado quando da realização da prestação de contas dos gastos da unidade para os órgãos consultivos da universidade (conselhos ou colegiados), porém, em índices maiores como de 25,71% na discordância de tal ação pelas unidades e de 37,14% pelos gestores dos Centros. Sendo que 57,14% dos gestores de unidades concordaram que existem ações no sentido de prestar contas das unidades a instâncias superiores da universidade, enquanto 42,85% concordaram de tal ação ser realizada também pelos Centros.

Desse modo, existe estudo concluindo que há um baixo nível de transparência quanto a disponibilização das contas públicas por parte de instituições de ensino superior públicas localizadas no sul do Brasil. Segundo os autores, tais instituições ainda são incapazes de dar pleno atendimento à Lei de Acesso à Informação (LAI), a qual apresentou importantes contribuições para a transparência pública. A falta de cumprimento de diversos aspectos legais resulta na disponibilização de conteúdo de baixa qualidade pela administração, o que impede os usuários interessados de exercerem um controle social mais efetivo (KEUNECKE, TELES E MELO, 2020).

Tabela 11 – Distribuição de percentual sobre o conhecimento orçamentário dos gestores

	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Nem concordo / nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
Conheço a distribuição orçamentária entre Reitoria e Centros de Ensino	19,44	22,22	5,56	38,89	13,89
Conheço a forma de distribuição orçamentária dentro do meu Centro de Ensino	5,56	11,11	2,78	25,00	55,56
Conheço a distribuição de recursos de custeio e capital	13,89	13,89	2,78	38,89	30,56
Domino os procedimentos necessários para a realização dos gastos orçamentários	13,89	11,11	5,56	36,11	33,33
Domino os procedimentos necessários para prestação de contas dos gastos orçamentários	11,11	11,11	2,78	38,89	36,11
A unidade onde atuo mantém controle atualizado dos gastos orçamentários	8,33	8,33	11,11	11,11	61,11
Na Unidade onde atuo a distribuição de recursos entre custeio e capital é adequada às necessidades	22,22	19,44	16,67	33,33	8,33
Na Unidade onde atuo existem regras claras para a distribuição de recursos aos solicitantes	13,89	8,33	19,44	33,33	25,00
No Centro de Ensino onde atuo existem regras	11,11	11,11	22,22	22,22	33,33

claras para a distribuição de recursos aos solicitantes					
Na Unidade onde atuam são realizadas discussões sobre a prioridade para aplicação dos recursos	16,67	5,56	5,56	44,44	27,78
No Centro de Ensino onde atuam são realizadas discussões sobre a prioridade para aplicação dos recursos	17,14	8,57	14,29	25,71	34,29
Na Unidade onde atuam a prestação de contas dos gastos da unidade é transparente	8,33	5,56	8,33	38,89	38,89
No Centro de Ensino onde atuam a prestação de contas dos gastos da unidade é transparente	11,11	11,11	11,11	36,11	30,56
Na Unidade onde atuam é realizada a prestação de contas dos gastos da unidade para os órgãos consultivos (Conselhos Superiores)	8,57	17,14	17,14	28,57	28,57
No Centro de Ensino onde atuam é realizada a prestação de contas dos gastos da unidade para os órgãos consultivos (Colegiado de Curso ou Conselho Administrativo de Centro)	8,57	28,57	20,00	17,14	25,71

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Consoante ao conhecimento que cada um tinha sobre a gestão orçamentária no âmbito da instituição e também da sua unidade, os gestores foram consultados sobre como os gastos de custeio e de investimentos são utilizados durante o exercício. Como se verifica na Tabela 12, no que se refere a custeio 74,29% afirmam que os recursos são utilizados proporcionalmente durante o ano, já quando se refere ao orçamento para investimentos, há um equilíbrio, onde 44,44% afirma que o gasto na sua unidade se dá proporcionalmente ao longo do ano e o mesmo percentual afirma que esse gasto é realizado ao final do prazo de execução orçamentária. Com base nesses resultados, pode-se afirmar que a utilização dos recursos de custeio é realizada de forma planejada, pois se ocorresse de forma concentrada poderia evidenciar a desorganização da unidade ou do Centro. Porém o índice foi menor para os recursos de investimentos, demonstrando que o planejamento não funciona tão bem para esse tipo de orçamento, provavelmente pela sua escassez.

Tabela 12 – Distribuição de percentual sobre o conhecimento dos gastos orçamentários

	Proporcionalmente ao longo do ano	A grande maioria no final do ano, próximo ao final do prazo de execução dos recursos.	Não sei informar
Na Unidade/Centro onde atuam os recursos orçamentários de custeio são gastos	74,29	22,86	2,86
Na Unidade/Centro onde atuam os recursos orçamentários de investimentos são gastos	44,44	44,44	11,11

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Conforme a Tabela 13, 44,44% dos gestores afirmaram que o orçamento da instituição

está entre 700.000.001,00 (Setecentos mil e um real) até 1.000.000.000,00 (Um bilhão de reais), valores esses condizentes com a atual realidade do Órgão, porém, em seguida 19,44% responderam que o orçamento seria de até 250.000.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), valor bem aquém do acima estimado, possibilitando a dedução que tais gestores não conhecem a realidade orçamentária da instituição.

Tabela 13 – Conhecimento do montante orçamentário da instituição

Em valores monetários (milhões), no ano de 2022, quanto você acredita ter sido o orçamento da UFCG?	Frequência	Percentual	Porcentagem Cumulativa
até 250.000.000,00	7	19,44	19,44
de 250.000.001,00 até 500.000.000,00	2	5,56	25,00
de 500.000.001,00 até 700.000.000,00	6	16,67	41,67
de 700.000.001,00 até 1.000.000.000,00	16	44,44	86,11
acima de 1.000.000.000,00	5	13,89	100,00
Total	36	100,00	

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Finalmente, os responsáveis pelos setores envolvidos tiveram que responder, com base na escala Likert de 5 pontos (descrita na Tabela 01), o grau de importância que os 24 indicadores apontados na pesquisa teriam para suas unidades. Nessa fase, buscou-se identificar os indicadores mais importantes, segundo a percepção dos responsáveis. Desse modo, serão apresentados os resultados da análise fatorial que foi realizada com o suporte do pacote estatístico, conforme o detalhado a seguir.

4.2. APLICAÇÃO DA ANÁLISE FATORIAL

A seguir são apresentados os resultados obtidos com a aplicação da Análise Fatorial (AF) para agrupar as variáveis estudadas. No caso do presente estudo obteve-se o retorno de 36 respostas. Inicialmente, como maneira de verificar a adequabilidade dos dados para a aplicação da AF, procurou-se identificar a consistência interna das quatro escalas: **Escala de Aluno-Equivalente e Dimensão de Qualidade (8 variáveis)**, **Escala de Carga Horária e Atividades de Pesquisa (7 variáveis)**, **Escala de Dimensionamento Físico e Alunos (6 variáveis)**, **Escala de Qualificação Docente e Atividades de Graduação e Extensão (3 variáveis)**, totalizando 24 (vinte e quatro) variáveis (vide tabela 16) – por meio do Coeficiente *Alpha de Cronbach*. Esse modelo mede a consistência interna baseada na correlação média entre as variáveis, sendo considerado o método mais comum para análise da confiabilidade dos dados, cuja ideia

principal é que os valores individuais devam medir o mesmo constructo e serem inter-correlacionados (Hair *et al.*, 2009).

Segundo Hair *et al.* (2007) para que a variável seja devidamente mensurada por duas ou mais perguntas, é necessário que o *Alfa de Cronbach* (α) seja superior a 0,70, ou seja o valor assumido pelo *Alfa* deve estar entre 0 e 1, e quanto mais próximo de 1 estiver seu valor, maior a fidedignidade das dimensões do constructo. Assim, com a utilização do *software* SPSS procedeu-se com o teste e se obteve o coeficiente padronizado do teste aceitável para a dimensão dos indicadores orçamentários o $\alpha = 0,951$, denotando que as variáveis apresentam boa consistência interna e, portanto, são satisfatórias para o estudo (Tabela 14).

Tabela 14 – Aplicação do *Alfa de Cronbach*

Estatística de Confiabilidade		
Variáveis	Alfa de Cronbach	Nº de variáveis
Indicadores orçamentários	0,951	24

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Em seguida foram executados dois testes estatísticos para verificar a adequabilidade dos dados ao método de AF: o primeiro foi o *Kaiser-Meyer-Olkin* – KMO ou *Measure of Sampling Adequacy* – MSA, que no entendimento de Hair *et al* (2007) é um teste que permite avaliar quão adequada é a aplicação da AF, observando-se os valores entre 0,5 e 1,0 para a matriz ou para uma variável individual que possam indicar tal adequação.

O segundo teste aplicado foi o de Esfericidade de *Bartlett*, que, conforme Rodrigues e Paulo (2007), quanto mais próximo de zero (0,000) for o nível de significância (*Sig.*) do teste, maior será a adequação da AF para um conjunto de dados, e, caso o valor da significância ultrapasse 0,05, inviabiliza a sua aplicação.

No primeiro teste, obteve-se um KMO de 0,604, o que se traduz em um ajuste razoável (>0,60) (Hair *et al.* 2007). O *Sig.* (Teste de Significância) também demonstra a adequação da técnica visto que deu inferior ao limite aceitável 0,05, como apresentado na Tabela 15.

Tabela 15 – KMO and Bartlett's Test

<i>KMO and Bartlett's Test</i>	<i>Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.</i>	0,604
<i>Bartlett's Test of Sphericity</i>	<i>Approx. Chi-Square</i>	969,279
	<i>df</i>	276

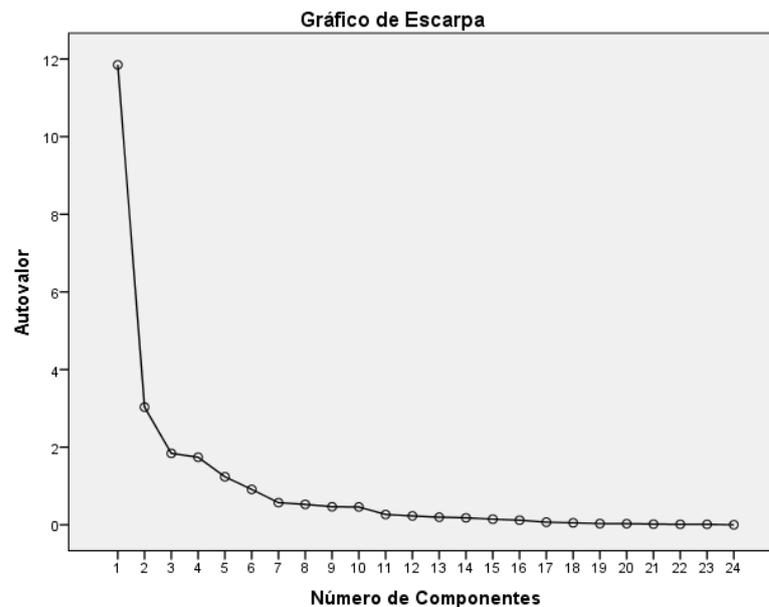
Sig.	0,00
------	------

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

A escolha do número de fatores é um ponto fundamental na execução da AF, para condensar todas as variáveis em menor número de dados (fatores), visando facilitar as observações, adotou-se 4 fatores com o intuito de elucidar os dados, com base no resultado apresentado pelo critério do Gráfico de Escarpa (Gráfico 1).

Esse gráfico tem como escopo ajudar o pesquisador a definir a quantidade de fatores que vão compor a análise. Bezerra (2007, p. 86) comenta que a “[...] definição dos fatores segue o raciocínio de que grande parcela da variância será explicada pelos primeiros fatores e que entre eles haverá sempre uma diferença significativa. Quando essa diferença se torna pequena, este ponto determina o número de fatores a serem considerados”. Nota-se que do quarto ponto em diante do gráfico (de cima para baixo), houve uma suavização do declive (curva), diminuindo a diferença entre os pontos. Neste caso, entende-se que, a partir do quarto ponto os fatores assumem um baixo poder de explicação em relação à variância total dos dados.

Gráfico 01 – Gráfico de Escarpa



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Na concepção de Bezerra e Corrar (2006), uma análise que pode ser feita antes de serem realizados outros testes é o grau de explicação atingido pelos fatores que foram

calculados na AF. Desse modo, os quatro fatores apresentados na Tabela (matriz componente e variância total explicada) conseguem explicar 76,91% da variância total em relação aos dados originais, o que pode ser considerado como um bom valor, visto que se aproxima de 100%. Os valores mais altos de % variância indicam que um fator explica mais da variabilidade. Portanto, o pesquisador pode usar os valores % Var para determinar quais fatores são mais importantes (Hair *et al.* 2009).

A Tabela 16 (matriz componente e variância total explicada) indica a composição de cada variável, com base nos quatro fatores identificados, com a rotação *Varimax*, que permite verificar qual dos fatores explica melhor cada um dos valores considerados.

Tabela 16 - Matriz Componente com 4 fatores pelo método Varimax

Indicadores de Matriz Orçamentária	Fatores			
	1	2	3	4
<i>Aluno-Equivalente e Dimensão de Qualidade</i>				
Aluno-equivalente dos cursos de doutorado	0,95			
Aluno-equivalente da residência médica e multiprofissional	0,93			
Aluno-equivalente dos cursos de mestrado	0,87			
Dimensão da qualidade dos cursos de doutorado	0,83			
Aluno-equivalente da graduação	0,75			
Dimensão da qualidade dos cursos de mestrado	0,72			
Trabalhos publicados em anais de congressos	0,70			
Dimensão da qualidade dos cursos de graduação	0,60			
<i>Carga Horária e Atividades de Pesquisa</i>				
Carga horária docente ministrada		0,87		
Número de docentes efetivos por regime de trabalho		0,84		
Atividades ou projetos de pesquisa		0,70		
Carga horária de departamentos ou unidades acadêmicas especializadas		0,70		
Trabalhos publicados em revistas (periódicos), livros e capítulos de livro		0,66		
Dimensão da eficiência das atividades de ensino		0,63		
Atividades ou projetos de pós-graduação		0,54		
<i>Dimensionamento Físico e Alunos</i>				
Distância do <i>campus</i> sede			0,80	
Quantidade de laboratórios			0,78	
Aluno hora semanal			0,76	
Cursos novos			0,74	
Área física construída			0,72	
Evasão proporcional			0,51	
<i>Qualificação e Projetos Docente</i>				
Atividades ou projetos de extensão				0,75
Atividades ou projetos de graduação				0,71
Qualificação do corpo docente				0,56

Variância Total Explicada dos 4 fatores = 76,91%	27,93%	20,80%	17,29%	10,89%
---	---------------	---------------	---------------	---------------

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Observa-se que 8 indicadores ficaram localizados no fator 1, nomeado para essa pesquisa de **Aluno-Equivalente e Dimensão de Qualidade**, este grupo é caracterizado principalmente por concentrar os principais indicadores quantitativos (aluno-equivalente), como também os indicadores qualitativos (dimensão da qualidade dos cursos), utilizados pelo MEC na descentralização do orçamento às IFES. Além deles, o fator trouxe um indicador referente a “trabalhos publicados em anais de congresso”, o qual guarda relação com as outras variáveis estudadas e concentradas nesse primeiro fator, todavia ele será desconsiderado no modelo de distribuição orçamentária apresentado mais adiante, pois não foi possível identificar registros para efetuar os cálculos necessários para o rateio. Contudo, é possível afirmar que esse fator é considerado para esse estudo como o mais importante já que apresentou 27,93% de variância total explicada. Após ele, temos o fator 2, conforme caracterização descrita a seguir.

No segundo fator estão alinhados os 7 indicadores nomeados por **Carga Horária e Atividades de Pesquisa**, tal descrição se dá pelo fato do grupo envolver indicadores de carga horária docente e das unidades acadêmicas, os quais revelam o tempo dedicado as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Não obstante, o fator 2 também traz indicadores relacionados às atividades de pesquisa, pós-graduação e trabalhos acadêmicos publicados. Esse fator apresentou 20,80% de variância.

Já no terceiro fator, o qual chamamos de **Dimensionamento Físico e Alunos**, estão concentrados 06 indicadores, onde três deles guardam correlação direta com os espaços físicos, sejam eles: distância do *campus* sede; quantidade de laboratórios; área física construída. E os outros três, indicadores que são impactados diretamente pelo quantitativo de alunos, sendo o aluno hora semanal; cursos novos e evasão proporcional. Temos que a variância total explicada por este fator foi de 17,29%.

Por fim, o quarto fator apresentou apenas 3 dos indicadores, os mesmos tem relação estreita com o corpo docente da instituição, visto que um deles refere-se especificamente à qualificação dos magistrados e os outros dois indicadores às atividades ou projetos de graduação ou de extensão que na maioria das vezes são conduzidas pelos docentes. O fator nomeado de **Qualificação e Projetos Docentes**, tendo sido de 10,89% sua variância total explicada.

4.3. MODELO DE DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA

Considerando os resultados apresentados acima (Tabela 16), este estudo tomará por base o Fator 1 na utilização dos indicadores para formulação do modelo de distribuição orçamentária a ser proposto por essa pesquisa, visto ele ter sido o de maior representatividade (27,93%) através do método Varimax.

Dessa maneira, o Fator 1 possui 8 indicadores para ajudar a compor a matriz orçamentária a ser proposta, porém o indicador de “**Trabalhos publicados em anais de congressos**” deverá ficar de fora do modelo, tendo em vista que a instituição pesquisada não possui sistematizado dados a respeito desse índice.

Conseqüentemente será apresentado a seguir os demais indicadores do Fator 1 (**Aluno-Equivalente e Dimensão de Qualidade**) com o respectivo método de cálculo, no intuito de demonstrar como deve ser alcançado seus valores e esclarecer o entendimento a respeito de cada um deles. É importante ressaltar, que para os indicadores a seguir, as fórmulas são as mesmas que as utilizadas pelo Ministério da Educação, conforme previsto na Portaria nº 748, de 22 de setembro de 2021.

Aluno-equivalente da graduação

Para os Cursos Consolidados, ou seja, cursos que tenham mais de dez anos, contados a partir da data de coleta dos dados, o total de alunos equivalentes dos cursos de graduação presencial consolidados, será representado por TAEG, deve ser obtido através da seguinte expressão:

$$TAEG = \left\{ [(NACG) * (1 + R) + \frac{(Ni - NACG)}{4}] * PG * DG * BT * BFS \right\} \quad (1)$$

Em que:

NACG = número de alunos concluintes no curso de graduação;

R = retenção-padrão do curso de graduação; (Apêndice A)

Ni = número de alunos ingressantes no curso de graduação;

PG = peso do grupo do curso de graduação; (Apêndice A)

DG = duração-padrão do curso de graduação; (Apêndice A)

BT = bônus por turno noturno do curso de graduação; (1,0 – diurno e 1,15 – noturno)

BFS = bônus por curso de graduação fora de sede. (1,0 – na sede e 1,10 fora da sede)

Para os Cursos Novos, sejam os cursos com até dez anos, contados a partir da data de coleta dos dados, o total de alunos equivalentes de cursos de graduação novos deve ser obtido por meio da seguinte expressão:

$$TAEG = \sum(NMG) * PG * BT * BFS \quad (2)$$

Em que:

NMG = número de alunos matriculados no curso de graduação presencial;

PG = peso do grupo do curso de graduação presencial; (Apêndice A)

BT = bônus por turno noturno do curso de graduação presencial; (1,0 – diurno e 1,15 – noturno)

BFS = bônus por curso de graduação presencial fora da sede. (1,0 – na sede e 1,10 fora da sede)

Temos ainda que, os cursos de graduação presencial (considerados novos) são aqueles criados há menos de 10 anos, contados a partir da data da coleta dos dados. O bônus por turno (BT) será igual a 1,0 se o curso for ministrado no período diurno e 1,15 se o curso for ministrado no período noturno. O bônus fora de sede (BFS) será igual a 1,0 se o curso for ministrado na sede da UFCG e 1,10 se o curso for ministrado fora de sede.

Para os Cursos Consolidados Sem Ingressantes ($N_i = 0$) e cursos de graduação que apresentem número de ingressantes menor que o número de diplomados. O total de alunos equivalentes de cursos de graduação deve ser obtido por meio da seguinte expressão:

$$TAEG = \{[(NACG) * (1 + R)] * PG * DG * BT * BFS\} \quad (3)$$

Em que:

TAEG = total de alunos equivalentes da graduação presencial;

NACG = número de alunos concluintes no curso de graduação;

DG = duração-padrão do curso de graduação; (Apêndice A)

R = retenção-padrão do curso de graduação; (Apêndice A)

PG = peso do grupo do curso de graduação; (Apêndice A)

BT = bônus por turno noturno do curso de graduação (1,0 – diurno e 1,15 – noturno)

BFS = bônus por curso de graduação fora de sede (1,0 – na sede e 1,10 fora da sede)

Aluno-equivalente da residência médica e multiprofissional

O total de alunos equivalentes dos cursos de Residência Médica e das Multiprofissionais (TAERM) deve ser calculado pela expressão:

$$TAERM = (NARM) * (PRM) \quad (4)$$

Em que:

NARM = número de alunos matriculados no curso de residência médica e das multiprofissionais;

PRM = peso do grupo do curso de residência médica ou das multiprofissionais (Apêndice A)

Aluno-equivalente dos cursos de mestrado

Para os Mestrados Consolidados, ou seja, implantados a mais de 4 anos, contados a partir da data da coleta dos dados, o total de alunos equivalentes dos cursos de mestrado consolidados (TAEM) deve ser calculado como segue:

$$TAEM = (NACM) * (DM) * (PM) \quad (5)$$

Em que:

NACM = número de alunos concluintes no curso de mestrado;

DM = duração-padrão do curso de mestrado; (2 anos)

PM = peso do grupo do curso de mestrado (Apêndice A).

Já para os Mestrados Novos, sendo aqueles implantados a até quatro anos, contados a partir da data da coleta dos dados, o total de alunos equivalentes dos cursos novos de mestrado (TAEM) deve ser calculado de acordo com a expressão:

$$TAEM = (NAMM) * (PM) \quad (6)$$

Em que:

NAMM = número de alunos matriculados no curso de mestrado que não completou o prazo de consolidação do curso;

PM = peso do grupo do curso de mestrado (Apêndice A).

Aluno-equivalente dos cursos de doutorado

Para os Doutorados Consolidados, ou seja, implantados a mais de oito anos, contados a partir da data da coleta dos dados, o total de alunos equivalentes dos cursos de doutorados consolidados (TAED) deve ser calculado como segue:

$$TAED = (NACD) * (DD) * (PD) \quad (7)$$

Em que:

NACD = número de alunos concluintes no curso de doutorado;

DD = duração-padrão do curso de doutorado; (4 anos)

PD = peso do grupo do curso de doutorado (Apêndice A)

Já para os Doutorados Novos, sendo aqueles implantados a até oito anos, contados a partir da data da coleta dos dados, o total de alunos equivalentes dos cursos novos de doutorado (TAED) deve ser calculado de acordo com a expressão:

$$TAED = (NAMD) * (PD) \quad (8)$$

Em que:

NAMD = número de alunos matriculados no curso de doutorado;

PD = peso do grupo do curso de doutorado (Apêndice A).

Dessa forma, o total de alunos equivalentes é indicado pela expressão TAE e deve ser definido pelo somatório dos alunos equivalentes por modalidade de ensino em cada Centro de Ensino:

$$TAE = TAEG + TAERM + TAEM + TAED \quad (9)$$

Sendo:

TAEG = Total de alunos equivalentes de graduação presencial dos Centros de Ensino da UFCG

TAERM = Total de alunos equivalentes das residências médica e multiprofissional dos Centros de Ensino da UFCG

TAEM = Total de alunos equivalentes dos cursos de mestrado dos Centros de Ensino da UFCG

TAED = Total de alunos equivalentes dos cursos de doutorado dos Centros de Ensino da UFCG

Portanto, com base nos cálculos das expressões acima, o Índice do Aluno-Equivalente da UFCG será dado pela expressão a seguir:

$$IAE = \frac{\sum TAE \text{ do Centro}}{TAE \text{ da UFCG}} \quad (10)$$

Dimensão da Qualidade dos cursos de Graduação - DQG

A dimensão qualidade dos cursos de graduação tem como base o maior indicador de avaliação de cada um dos cursos (conceito de curso ou Enade) e deve ser calculada pela razão entre o conceito do SINAES médio dos cursos de graduação dos Centros pelo conceito SINAES médio da UFCG.

O conceito SINAES médio do Centro de Ensino deve ser o somatório do maior conceito dos cursos de graduação do Centro, dividido pelo número de cursos de graduação com conceitos/avaliados do Centro, conforme a seguinte expressão:

$$\text{Conceito Médio do Centro} = \frac{\text{Conceito(maior) dos cursos avaliados do Centro}}{\text{Nº de Cursos avaliados com Conceito no Centro}} \quad (11)$$

O conceito SINAES médio da UFCG deve ser calculado pela seguinte expressão:

$$\text{Conceito Médio da UFCG} = \frac{\text{Conceito(maior) dos cursos avaliados da UFCG}}{\text{Nº de Cursos avaliados com Conceito na UFCG}} \quad (12)$$

A Dimensão Qualidade de Graduação (DQG) deve ser calculada pela seguinte expressão:

$$DQG = \frac{\text{Conceito médio do Centro}}{\text{Conceito médio da UFCG}} \quad (13)$$

O Índice de Dimensão da Qualidade Graduação (IDGQ) deve ser calculado pelo DQG do Centro de Ensino dividido pelo DQG da UFCG que corresponde ao somatório da Dimensão Qualidade da Graduação dos Centros e será representado pela seguinte expressão:

$$IDGQ = \frac{DQG \text{ do Centro}}{\Sigma DQG \text{ dos Centros}} * 100 \quad (14)$$

Dimensão da Qualidade dos cursos de Mestrado - DQM

Mensura a qualidade dos cursos de mestrados acadêmico e profissionalizante do Centro e deve ser calculada pela expressão:

$$DQM \text{ do Centro} = \frac{\Sigma(FQM) \text{ do Centro}}{NCM} \quad (15)$$

Em que:

FQM = Fator qualidade acadêmico-científico dos cursos de mestrado do Centro.

CCM = Conceito Capes dos cursos de mestrado do Centro.

CMCM = Conceito Capes médio dos cursos de mestrado no conjunto da UFCG.

NCM = Número de cursos de mestrado da UFCG.

Para o cálculo do Fator Qualidade acadêmico-científico dos cursos de mestrado do Centro de Ensino – FQM do Centro, deve ser adotado a seguinte expressão:

$$FQM \text{ do Centro} = \frac{\Sigma CCM \text{ do Centro}}{CMCM \text{ da UFCG}} \quad (16)$$

O Índice Dimensão da Qualidade Mestrado (IDQM) deve ser calculado pelo DQM do Centro de Ensino dividido pelo DQM da UFCG que corresponde ao somatório da Dimensão Qualidade do Mestrado de todos os Centros e será representado pela seguinte expressão:

$$IDQM = \frac{DQM \text{ do Centro}}{DQM \text{ da UFCG}} * 100 \quad (17)$$

Dimensão da Qualidade dos cursos de Doutorado - DQD

Mensura a qualidade dos cursos de doutorado do Centro e deve ser calculada pela expressão:

$$DQD = \frac{\Sigma(FQD) \text{ do Centro}}{NCD} \quad (18)$$

Em que:

FQD = Fator qualidade acadêmico-científico dos cursos de doutorado do Centro.

CCD = Conceito Capes dos cursos de doutorado do Centro.

CMCD = Conceito Capes médio dos cursos de doutorado no conjunto da UFCG.

NCD = Número de cursos de doutorado da UFCG.

Para o cálculo do Fator Qualidade acadêmico-científico dos cursos de doutorado do Centro de Ensino – FQD do Centro, deve ser adotada a seguinte expressão:

$$FQD \text{ do Centro} = \frac{\Sigma CCD \text{ do Centro}}{CMCD \text{ da UFCG}} \quad (19)$$

O Índice Dimensão da Qualidade Doutorado (IDQD) deve ser calculado pelo DQD do Centro de Ensino dividido pelo DQD da UFCG que corresponde ao somatório da Dimensão Qualidade do Doutorado de todos os Centros e será representado pela seguinte expressão:

$$IDQD = \frac{DQD \text{ do Centro}}{DQD \text{ da UFCG}} * 100 \quad (20)$$

Logo, o Índice da Dimensão da Qualidade acadêmico-científica da UFCG será dada pela expressão:

$$\mathbf{IDQ = IDQG + IDQM + IDQD} \quad (21)$$

Sendo:

IDQG = Dimensão da Qualidade dos Cursos de Graduação

IDQM = Dimensão da Qualidade dos Cursos de Mestrado

IDQD = Dimensão da Qualidade dos Cursos de Doutorado

Finalizada a etapa de cálculo dos índices de aluno-equivalente e dimensão da qualidade por Centro de Ensino, propõe-se, neste estudo, que a distribuição do tipo de recurso orçamentário de custeio da instituição, conforme detalhamento apresentado no Quadro 04, seja dada através do Percentual de Orçamento por Centro (POC), na qual será obtida a média dos índices mencionados, a partir da fórmula apresentada a seguir.

$$\mathbf{POC = \frac{(IAE + IDQ)}{2}} \quad (22)$$

Em que:

IAE: Índice de Aluno-Equivalente

IDQ: Índice Dimensão da Qualidade

O modelo proposto neste estudo é obtido através das fórmulas apresentadas acima, levando em consideração as variáveis e informações relevantes para a análise em questão. Com base nesses dados, este estudo tem como objetivo comparar os resultados do modelo propostos com o histórico dos anos anteriores, de 2017 a 2021, a fim de verificar a sua efetividade e precisão na predição de resultados futuros. Para tanto, foram levantados dados relevantes e confiáveis junto a bases do INEP e e-MEC, conforme especificado na metodologia desse trabalho, que serão utilizados como base para o desenvolvimento da simulação proposta. Já para efeito de análise comparativa, foi necessário levantar o orçamento distribuído pela UFCG nos últimos anos (2017 a 2021), para isso a obtenção das informações, através de solicitação ao órgão, se deu através do Tesouro Gerencial, sistema de consulta à Execução Orçamentária, Financeira, Patrimonial do Governo Federal, no âmbito do

Orçamento Fiscal e Seguridade Social, a qual se dá por meio do SIAFI. Para isso, foi necessário identificar a classificação do principal orçamento utilizado pela UFCG para custeio de seus Centros de Ensino, conforme detalhado no Quadro 04.

Quadro 04 - Informações detalhadas da classificação do orçamento utilizado na pesquisa

Órgão Orçamentário	26000 - Ministério da Educação;
Função	12 – Educação;
Unidade Orçamentária	26252 - Universidade Federal de Campina Grande;
Programa	5013 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão;
Ação	20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior;
Localizador	0025 - No Estado da Paraíba;
Plano Orçamentário	0000 - Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior - Despesas Diversas;
Grupo de Despesa	3 - Outras Despesas Correntes;
Modalidade de Aplicação	90 - Aplicações Diretas;
Resultado Primário	2 - Primária Discricionária, considerada no cálculo do RP;
Fonte	0100 - Recursos Primários de Livre Aplicação (anos 2018 a 2021); 0112 - Recursos Destinados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (ano 2017)
Subfunção	364 - Ensino Superior;
Origem do Crédito	A - Inicial (LOA);
Objetivo	"1237 - Fomentar a formação de pessoal qualificado, fortalecendo a assistência estudantil, e a inovação de forma conectada às demandas do setor produtivo e às necessidades da sociedade em um mundo globalizado."

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Como se pode observar no Quadro 04 acima, o orçamento é originário do Ministério da Educação e sua principal função é com a Educação. Em seguida, a UFCG é identificada como unidade orçamentária do MEC e o orçamento continua sendo classificado quanto ao Programa, que visa atender a Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão, ou seja, principais atividades desenvolvidas por uma Universidade. Quanto à Ação Governamental, a apresentada nesse trabalho é a 20RK, a qual trata de Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior, considerada a principal ação de custeio das Universidades Federais. O Localizador refere-se à unidade da federação a qual pertence o órgão, nesse caso, a UFCG está localizada no Estado da Paraíba. O Plano Orçamentário visa especificar para que aquele determinado tipo de orçamento pode ser aplicado, o qual foi identificado por Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior – Despesas Diversas. Quanto ao Grupo de Despesa, para esse estudo será considerada apenas Outras Despesas Correntes (ou despesas de custeio). Em relação à

Modalidade de Aplicação foi identificada como aplicação direta, sendo aplicações dos créditos orçamentários realizados diretamente pela unidade orçamentária detentora de crédito orçamentário, tendo a UFCG autonomia para utilizar os créditos com base nas suas necessidades. Como Resultado Primário tivemos o RP2, logo o orçamento pode ser utilizado com despesas primárias discricionárias. Quanto a Fonte de Recursos tivemos que no ano de 2017, a fonte utilizada era a 0112 - Recursos Destinados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, todavia nos anos seguintes (2018 a 2021), a fonte passou a ser 0100 - Recursos Primários de Livre Aplicação. A Subfunção é a 364 – Ensino Superior e a origem de crédito é a Inicial, advinda da LOA. Por último, temos o objetivo de utilização desse orçamento que é *“Fomentar a formação de pessoal qualificado, fortalecendo a assistência estudantil, e a inovação de forma conectada às demandas do setor produtivo e às necessidades da sociedade em um mundo globalizado”*.

Considerando a classificação acima e a definição do período de 2017 a 2021, conforme já justificado nessa pesquisa, foi possível gerar um relatório através do sistema Tesouro Gerencial com o detalhamento da execução orçamentária de custeio da UFCG por Centro de Ensino. Complementarmente, nesse mesmo relatório foi possível identificar onde todo o orçamento (especificado no quadro 04) foi utilizado, logo pode-se observar na Tabela 17 que para todos os anos mais de 90% do orçamento foi destinado para outros tipos de despesas, gestão de unidades administrativas, bolsas estudantis e despesas de terceirização, sendo esta última a despesa que mais tem consumido o orçamento da instituição. Já os Centros de Ensino, tem ficado com um percentual do orçamento total de custeio em torno de 10% nos anos de 2017, 2019 e 2020 e de 7% nos anos de 2018 e 2021. Porém, cabe ressaltar que despesas que atingem todos os Centros como bolsas estudantis e contratos de terceirização (apoio administrativo, limpeza e conservação, vigilância, portaria e de motoristas) vem sendo nesse período custeadas pela reitoria.

Cabe destacar que, como as despesas com serviços de terceirização podem ter seus valores empenhados de um exercício financeiro para outro (inscrição em Restos a Pagar), o montante empenhado em determinado ano pode ter sido aproveitado no exercício seguinte, dessa forma, justifica-se a variação desse tipo de despesa ao longo do período pesquisado, visto que os contratos continuaram vigentes ou foram renovados em todo o período. Já com relação às bolsas estudantis, o montante geralmente vem sendo utilizado dentro do mesmo exercício com os programas de bolsas voltados aos estudantes, porém, esse tipo de despesa que vinha sendo incrementando entre 2017 e 2019, foi duramente atingido no exercício de 2020 devido a pandemia do coronavírus, dando indícios de recuperação no ano seguinte. Fato

comum a esse ocorreu com as despesas associadas à gestão das unidades administrativas vinculadas à reitoria e pró-reitorias que, apesar dos mais de 6 milhões utilizados em 2019, foi necessário conter essas despesas nos dois anos seguintes. Devido a variação da natureza de despesa, esse estudo intitulou de “outras despesas” o grupo de despesas custeadas pela classificação obtida através das informações contidas no Quadro 04 e que não se adequava aos outros grupos apresentados na Tabela 17, são despesas de menor vulto, mas relevantes para o funcionamento da instituição.

Pode-se observar ainda que o orçamento para custeio da UFCG teve alguma variação no período estudado, todavia no ano de 2020 sofreu uma redução importante em função da pandemia do Covid-19, onde no ano seguinte (2021) iniciou uma recuperação, mas continuou distante dos valores de 2018 e 2019.

Ainda de acordo com a Tabela 17, os Centros de Ensino tiveram bastante variação nos seus orçamentos nos últimos anos, talvez isso tenha ocorrido pela forma como a UFCG historicamente tem distribuído seu orçamento, ou seja, sem nenhum critério técnico de distribuição. Nesse modelo, o CCBS foi o Centro que menos se beneficiou no período, onde seu orçamento só tem diminuído ano a ano, enquanto os demais tiveram seus orçamentos aumentados de 2018 para 2019, sofrendo um declínio nos anos seguintes por causa da pandemia. Temos que o Centro de Educação e Saúde e o Centro de Formação de Professores foram os únicos centros que tiveram seus orçamentos crescentes no período pré-pandemia, sendo que o CFP ainda manteve essa ascensão orçamentária no ano mais crítico da crise sanitária (2020).

Outro Centro de Ensino que se destaca é o CSTR, pois detém o maior orçamento entre todos os demais centros, sempre acima de um milhão de 2017 a 2019, ficando abaixo desse patamar nos dois anos seguintes. Tal orçamento se destaca devido principalmente ao curso de Medicina Veterinária, onde o centro precisa manter um Hospital Veterinário e uma fazenda e ao curso de Odontologia que possui uma clínica escola para atendimento da comunidade. Proporcionalmente, os Centros localizados na sede da UFCG foram os que mais sofreram reduções em seus orçamentos no período da pandemia. Ocorre que na sede muitas das despesas são custeadas pela reitoria, a exemplo de contratos de abastecimento, manutenção de veículos e refrigeração, enquanto os Centros fora de sede absorvem esses tipos de despesas. Além disso, despesas com diárias, passagens e inscrições em eventos nesse período praticamente não existiram.

Tabela 17 - Detalhamento da execução orçamentária de custeio da UFCG por Centro de Ensino (período de 2017 a 2021), conforme classificação do Quadro 04.

Período	2017	2018	2019	2020	2021
Orçamento (Dotação Atualizada)	49.800.078,70	56.518.519,96	52.255.515,09	30.766.183,73	40.584.047,63
Despesas de Terceirização	38.507.609,90	44.955.558,07	35.824.606,60	23.815.131,67	29.885.545,31
Bolsas Estudantis	3.202.976,68	3.282.000,00	3.758.600,00	1.431.100,00	2.733.000,00
Gestão de Unidades Administrativas	3.083.363,51	4.228.367,39	6.534.056,73	2.784.281,70	4.143.173,96
Outras Despesas	368.602,09	106.161,78	842.374,91	48.706,90	983.970,94
<i>Percentual referente ao orçamento total</i>	<i>91%</i>	<i>93%</i>	<i>90%</i>	<i>91%</i>	<i>93%</i>
Centros de Ensino					
Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – CCBS	111.644,03	98.898,76	96.537,96	46.650,46	22.703,96
Centro de Ciências Jurídicas e Sociais – CCJS	406.883,90	354.121,32	434.255,62	242.349,70	175.995,59
Centro de Ciências e Tecnologia – CCT	357.540,91	290.704,65	351.852,20	68.654,89	53.064,65
Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar – CCTA	544.543,25	272.554,98	656.118,81	186.510,17	463.332,43
Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – CDSA	242.514,92	239.545,02	395.393,06	152.797,47	269.437,83
Centro de Engenharia Elétrica e Informática – CEEI	213.775,69	83.542,54	133.106,59	31.893,18	36.299,60
Centro de Educação e Saúde – CES	462.103,97	484.705,60	581.978,49	316.186,67	463.310,81
Centro de Formação de Professores – CFP	460.325,82	532.319,02	756.674,40	968.160,29	498.065,57
Centro de Humanidades – CH	425.135,47	324.316,55	400.706,98	54.796,60	45.331,86
Centro de Saúde e Tecnologia Rural – CSTR	1.236.840,52	1.135.878,65	1.290.181,38	580.437,81	741.838,15
Centro de Tecnologia e Recursos Naturais – CTRN	176.218,04	129.845,63	199.071,36	38.526,22	68.976,97
Total para Custeio dos Centros	4.637.526,52	3.946.432,72	5.295.876,85	2.686.963,46	2.838.357,42
<i>Percentual do orçamento total destinado aos Centros de Ensino</i>	<i>9%</i>	<i>7%</i>	<i>10%</i>	<i>9%</i>	<i>7%</i>

Fonte: Tesouro Gerencial, 2023.

Portanto, considerando o modelo de distribuição orçamentária interna proposto nesse estudo e com base nos levantamentos efetuados, a seguir serão apresentadas tabelas referentes a cada ano pesquisado, com a simulação dos cálculos da matriz para distribuição interna do orçamento de custeio da UFCG por Centro de Ensino, utilizando-se o Índice de Aluno-Equivalente (IAE) e o Índice Dimensão da Qualidade (IDQ), sendo o rateio feito a partir do Percentual de Orçamento por Centro (POC), que resulta na Distribuição Simulada (DS). Para ajudar na análise dos resultados alcançados, foram inseridos os valores do Orçamento Distribuído pela UFCG (OD) a cada Centro, naquele respectivo ano. Em seguida, tem-se a variação percentual entre o orçamento simulado e o orçamento efetivamente distribuído para uma melhor compreensão da diferença entre eles.

Tabela 18 – Modelo de matriz para distribuição interna do orçamento de custeio da UFCG (Ano-Base 2017)

Modelo de Matriz Para Distribuição Interna do Orçamento de Custeio da UFCG						
Ano-Base 2017						
	Índice 1	Índice 2	%	R\$ 4.637.526,52		
Centros	IAE ¹	IDQ ²	POC	Distribuição Simulada (DS)	Orçamento Distribuído pela UFCG (OD)	variação % (OD/DS)-1
CCBS	9,31	6,64	7,97%	369.791,78	111.644,03	-69,81%
CCJS	5,73	0,00	2,87%	132.936,30	406.883,90	206,07%
CCT	11,91	14,63	13,27%	615.490,71	357.540,91	-41,91%
CCTA	8,37	6,36	7,37%	341.569,67	544.543,25	59,42%
CDSA	4,80	4,25	4,53%	209.901,43	242.514,92	15,54%
CEEI	7,59	13,35	10,47%	485.709,46	213.775,69	-55,99%
CES	8,37	4,65	6,51%	301.790,70	462.103,97	53,12%
CFP	10,31	6,23	8,27%	383.670,53	460.325,82	19,98%
CH	7,65	17,45	12,55%	582.089,86	425.135,47	-26,96%
CSTR	16,70	8,86	12,78%	592.710,83	1.236.840,52	108,68%
CTRN	9,25	17,57	13,41%	621.865,25	176.218,04	-71,66%
	100,00	100,00	100%	4.637.526,52	4.637.526,52	

¹IAE: Índice de Aluno-Equivalente

²IDQ: Índice Dimensão da Qualidade

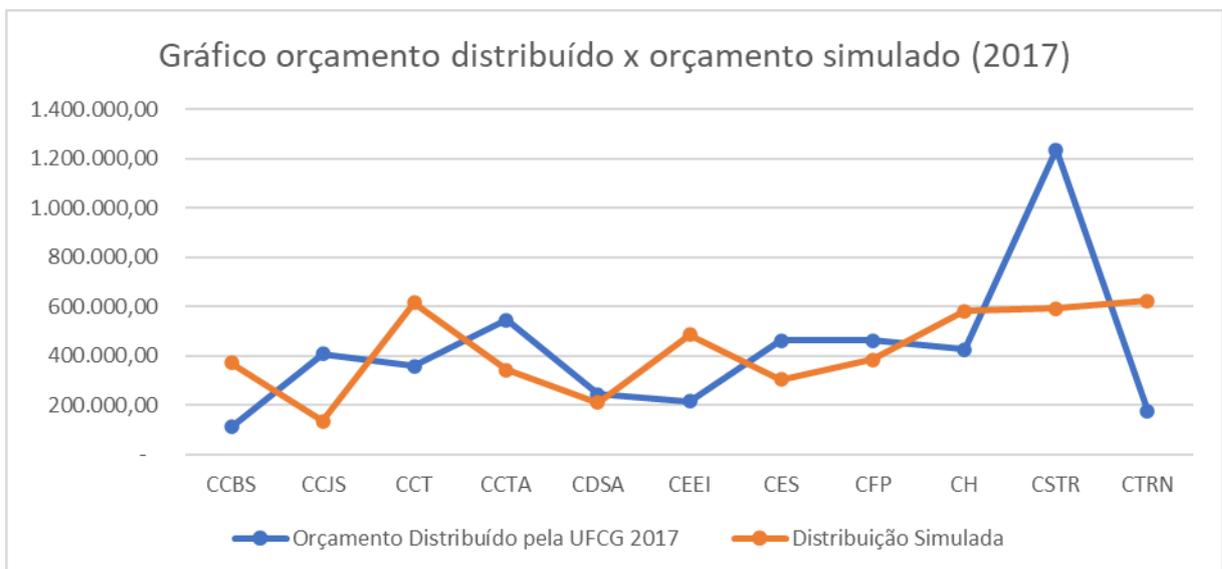
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Como podemos observar na Tabela 18, o orçamento de custeio distribuído aos Centros de Ensino para o ano de 2017 foi de R\$ 4.637.526,52. Para o CCBS o orçamento rateado foi de R\$ 111.644,03, ficando 69,81% abaixo do orçamento calculado através do modelo de distribuição orçamentária interna proposto nesse estudo que foi de R\$ 369.791,78. Tal diferença possivelmente ocorreu devido o modelo proposto utilizar cálculos em que cursos da área de saúde, como os de Medicina e Enfermagem ofertados pelo centro, tem um peso diferenciado que interferem na matriz de distribuição. Segundo Pereira e Alves (2019), “o curso de Medicina da UFCA é o que tem maior destinação de orçamento devido o quantitativo de ingressantes e egressos serem mais equilibrado em relação aos demais cursos da instituição”. Esse reflexo pode ser verificado nos anos seguintes pesquisados (Tabelas 19 a 22) onde o orçamento distribuído foi sempre maior que o simulado e em percentuais crescentes até 2020, recuando um pouco em 2021.

Ainda conforme a Tabela 18, o CCJS foi o que apresentou a maior variação em relação aos orçamentos simulado e distribuído (206,07%), tal fato ocorreu devido seu Índice da Dimensão da Qualidade acadêmico-científica ter sido (0,00) para esse ano, tendo em vista dados obtidos através de bases do INEP e e-MEC. Comparado ao orçamento distribuído de R\$ 406.883,90, poderia ter o orçamento simulado ser insuficiente para o centro nesse ano.

Fato semelhante de possível insuficiência de recursos é verificado no CSTR, que apesar dos bons índices apresentados no período de 2017 a 2021, sempre com o IAE acima dos demais centros, percebe-se que em alguns anos o orçamento distribuído foi mais que o dobro do simulado, o que é justificado através da necessária manutenção de equipamentos como hospital, fazenda e clínica vinculados àquele centro. No Gráfico 02, podemos observar a variação ocorrida entre o orçamento distribuído e o orçamento simulado, em 2017, para os 11 centros da UFCG.

Gráfico 02 – Orçamento distribuído x orçamento simulado (2017)



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

No ano de 2018, o orçamento especificado de custeio da UFCG foi menor um pouco ficando em R\$ 3.946.432,72, o que representou uma redução de aproximadamente 15% comparada ao exercício anterior, como observamos na Tabela 19.

Tabela 19 – Modelo de matriz para distribuição interna do orçamento de custeio da UFCG (Ano-Base 2018)

Modelo de Matriz Para Distribuição Interna do Orçamento de Custeio da UFCG						
Ano-Base 2018						
	Índice 1	Índice 2	%	R\$ 3.946.432,72		
Centros	IAE ¹	IDQ ²	POC	Distribuição Simulada (DS)	Orçamento Distribuído pela UFCG (OD)	variação % (OD/DS)-1
CCBS	9,73	9,96	9,84%	388.509,95	98.898,76	-74,54%
CCJS	5,32	7,20	6,26%	246.863,74	354.121,32	43,45%
CCT	11,30	18,86	15,08%	594.980,95	290.704,65	-51,14%
CCTA	9,20	1,25	5,22%	206.169,05	272.554,98	32,20%
CDSA	5,59	6,64	6,12%	241.405,20	239.545,02	-0,77%
CEEI	7,62	7,50	7,56%	298.345,73	83.542,54	-72,00%
CES	8,32	0,00	4,16%	164.113,80	484.705,60	195,35%

CFP	9,05	1,25	5,15%	203.272,35	532.319,02	161,87%
CH	8,16	20,99	14,58%	575.210,68	324.316,55	-43,62%
CSTR	15,94	5,00	10,47%	413.260,14	1.135.878,65	174,86%
CTRN	9,78	21,36	15,57%	614.301,12	129.845,63	-78,86%
	100,00	100,00	100%	3.946.432,72	3.946.432,72	

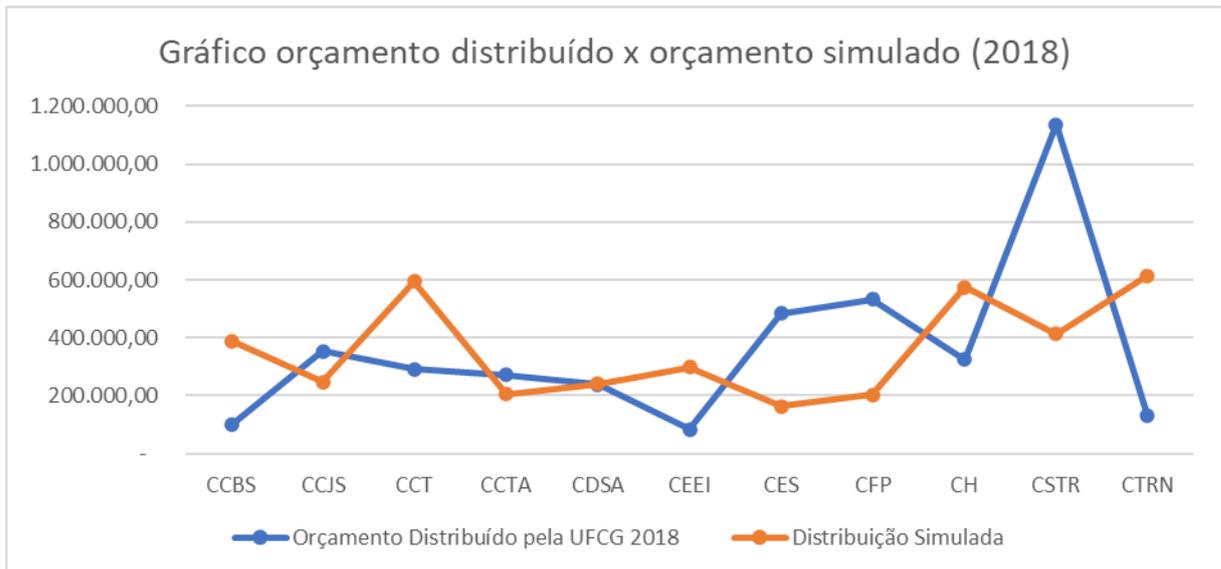
¹IAE: Índice de Aluno-Equivalente

²IDQ: Índice Dimensão da Qualidade

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

O reflexo dessa redução orçamentária é notado no montante distribuído pela UFCG aos centros de ensino, onde a maioria deles sofreu diminuição naquele ano, a exceção do CES e do CFP, esses dois centros possuem em comum cursos voltados para área de licenciatura e de saúde. O CES contou com um orçamento de 195,35% maior do que o valor simulado de R\$ 164.113,80, o qual poderia ter obrigado o centro a solicitar recursos extras à reitoria para garantir o pagamento de todas as despesas daquele ano. O mesmo teria ocorrido com o CFP em 2018 e de forma mais grave em 2020, quando apesar do período pandêmico, o centro obteve seu maior orçamento do período pesquisado. Conforme pode-se observar na Tabela 19 e na Tabela 21, esse valor baixo do orçamento simulado provavelmente é reflexo do IDQ para os respectivos centros supracitados.

Gráfico 03 – Orçamento distribuído x orçamento simulado (2018)



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Na Tabela 20, podemos observar o maior orçamento da UFCG no período (2018 a 2021), no montante de R\$ 5.295.876,85, quando a maioria dos centros tiveram também maior aporte de recursos durante o período. Cabe frisar que, apesar do ano de 2019 ter sido o

primeiro ano de mandato de um novo governo, o orçamento havia sido aprovado no ano anterior (2018).

Tabela 20 – Modelo de matriz para distribuição interna do orçamento de custeio da UFCG (Ano-Base 2019)

Modelo de Matriz Para Distribuição Interna do Orçamento de Custeio da UFCG						
Ano-Base 2019						
	Índice 1	Índice 2	%	R\$ 5.295.876,85		
Centros	IAE¹	IDQ²	POC	Distribuição Simulada (DS)	Orçamento Distribuído pela UFCG (OD)	variação % (OD/DS)-1
CCBS	9,80	5,35	7,58%	401.193,98	96.537,96	-75,94%
CCJS	5,48	4,75	5,11%	270.867,27	434.255,62	60,32%
CCT	9,49	13,90	11,69%	619.317,18	351.852,20	-43,19%
CCTA	8,70	6,73	7,71%	408.499,16	656.118,81	60,62%
CDSA	5,04	3,56	4,30%	227.917,18	395.393,06	73,48%
CEEI	11,29	12,03	11,66%	617.342,90	133.106,59	-78,44%
CES	8,60	4,36	6,48%	342.968,95	581.978,49	69,69%
CFP	8,84	6,48	7,66%	405.614,21	756.674,40	86,55%
CH	7,90	16,57	12,23%	647.855,34	400.706,98	-38,15%
CSTR	16,12	8,73	12,42%	657.983,82	1.290.181,38	96,08%
CTRN	8,76	17,54	13,15%	696.316,86	199.071,36	-71,41%
	100,00	100,00	100%	5.295.876,85	5.295.876,85	

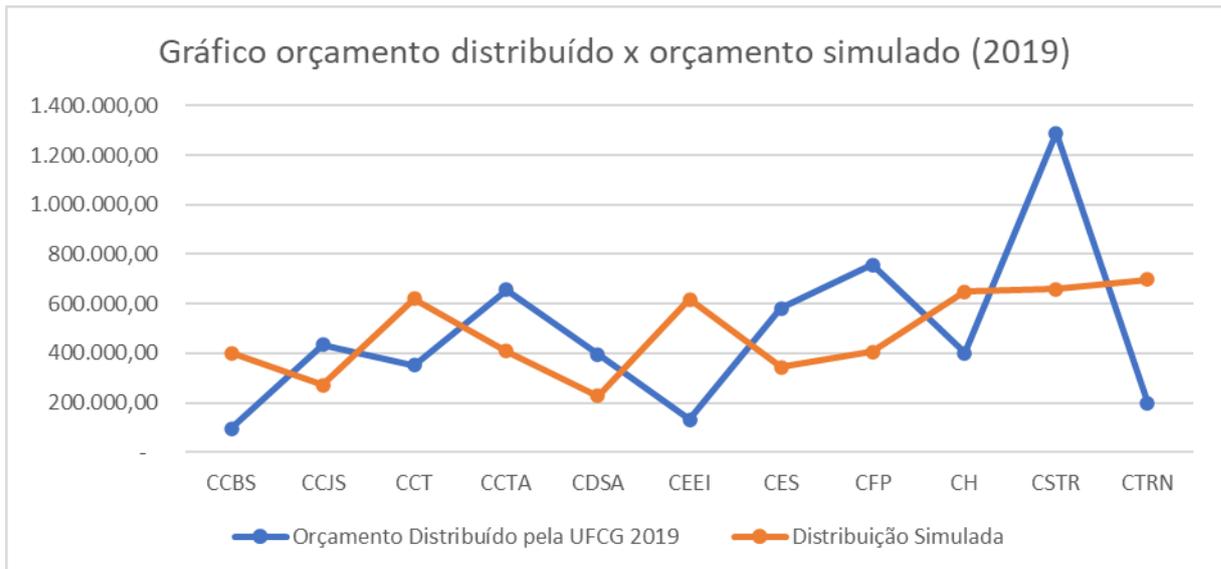
¹IAE: Índice de Aluno-Equivalente

²IDQ: Índice Dimensão da Qualidade

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Considerado pelas universidades como o maior orçamento dos últimos anos, o orçamento de 2019 virou referência nos anos de 2020 e 2021, principalmente devido aos cortes orçamentários impostos a estas instituições. No âmbito da UFCG, o ano de 2019 foi tão positivo para os seus centros de ensino, que os índices de aluno-equivalente e de dimensão da qualidade, principalmente este último, apresentaram valores mais satisfatórios que os demais anos estudados. Tais dados refletiram no orçamento simulado e distribuído, que, apesar ainda da grande discrepância, não revelou diferenças acima de 100%, para mais ou para menos, como nos outros exercícios.

Gráfico 04 – Orçamento distribuído x orçamento simulado (2019)



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Após um ano positivo para o orçamento da UFCG, o ano de 2020 foi marcado por um período trágico para a humanidade, provocado pela pandemia do coronavírus (Covid-19). Assim, com as restrições de circulação de pessoas naquele ano, as atividades industriais, de serviços e de comércio foram duramente afetadas, o que impactou na arrecadação de impostos, taxas e contribuições por parte do governo. Consequentemente, a demanda de recursos pela área de saúde pública cresceu vertiginosamente, o que necessitou de os governos redirecionarem os recursos orçamentários para áreas mais prioritárias, fazendo com que as universidades tivessem seus orçamentos bloqueados e remanejados.

Tabela 21 – Modelo de matriz para distribuição interna do orçamento de custeio da UFCG (Ano-Base 2020)

Modelo de Matriz Para Distribuição Interna do Orçamento de Custeio da UFCG						
Ano-Base 2020						
	Índice 1	Índice 2	%	R\$ 2.686.963,46		
Centros	IAE ¹	IDQ ²	POC	Distribuição Simulada (DS)	Orçamento Distribuído pela UFCG (OD)	variação % (OD/DS)-1
CCBS	14,54	28,57	21,56%	579.252,92	46.650,46	-91,95%
CCJS	5,99	0,00	3,00%	80.475,04	242.349,70	201,15%
CCT	8,66	31,19	19,93%	535.418,12	68.654,89	-87,18%
CCTA	10,47	2,38	6,42%	172.624,07	186.510,17	8,04%
CDSA	4,06	0,00	2,03%	54.486,95	152.797,47	180,43%
CEEI	8,18	7,38	7,78%	209.107,82	31.893,18	-84,75%
CES	7,71	0,00	3,86%	103.611,96	316.186,67	205,16%
CFP	7,49	1,19	4,34%	116.660,18	968.160,29	729,90%
CH	8,29	10,95	9,62%	258.562,18	54.796,60	-78,81%
CSTR	16,50	4,88	10,69%	287.230,17	580.437,81	102,08%
CTRN	8,10	13,45	10,78%	289.534,03	38.526,22	-86,69%
	100%	100%	100%	2.686.963,46	2.686.963,46	

¹IAE: Índice de Aluno-Equivalente

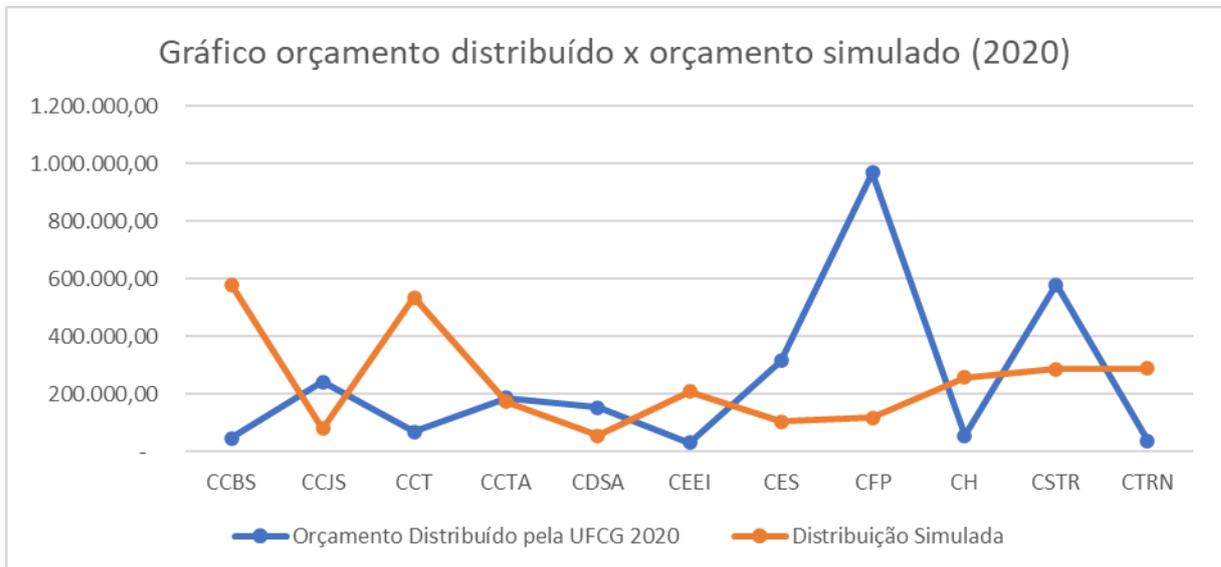
²IDQ: Índice Dimensão da Qualidade

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Observa-se tanto na Tabela 21 quanto no Gráfico 05, que o orçamento distribuído para quase todos os centros de ensino caiu drasticamente nesse exercício financeiro de pandemia, com exceção do CFP que teve um orçamento de custeio de R\$ 968.160,29, maior orçamento entre os centros nesse ano de 2020. O CSTR apesar do orçamento acima de 500 mil reais, ficou longe de atingir o patamar milionário dos exercícios pretéritos, o que possivelmente prejudicou a manutenção e custeio de suas atividades, principalmente àquelas ligadas ao hospital, clínicas e fazenda.

De acordo com a distribuição simulada, centros que obtiveram melhores índices, principalmente no que concerne à dimensão da qualidade (IDQ), como o CCBS e o CCT, deveriam ter recebido no ano de 2020 melhores orçamentos que os demais centros. Tal condição emerge do fato de que os cursos desses centros foram bem conceituados quanto aos métodos utilizados pelo governo federal para avaliação dos cursos.

Gráfico 05 – Orçamento distribuído x orçamento simulado (2020)



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Na sequência, tem-se a Tabela 22, na qual constam informações referentes ao Exercício de 2021, segundo ano da pandemia do coronavírus e onde o montante orçamentário distribuído pela UFCG aos centros de ensino foi bem semelhante ao ano anterior.

Tabela 22 – Modelo de matriz para distribuição interna do orçamento de custeio da UFCG (Ano-Base 2021)

Modelo de Matriz Para Distribuição Interna do Orçamento de Custeio da UFCG							
Ano-Base 2021							
	Índice 1	Índice 2	%	R\$ 2.838.357,42			
Centros	IAE¹	IDQ²	POC	Distribuição Simulada (DS)	Orçamento Distribuído pela UFCG (OD)	variação % (OD/DS)-1	
CCBS	10,93	0,00	5,46%	155.114,71	22.703,96	-85,36%	
CCJS	5,09	0,00	2,55%	72.276,93	175.995,59	143,50%	
CCT	9,39	17,72	13,55%	384.730,20	53.064,65	-86,21%	
CCTA	10,96	2,27	6,62%	187.805,19	463.332,43	146,71%	
CDSA	2,75	4,57	3,66%	103.910,70	269.437,83	159,30%	
CEEI	7,96	16,97	12,46%	353.672,10	36.299,60	-89,74%	
CES	8,49	6,85	7,67%	217.717,70	463.310,81	112,80%	
CFP	9,95	8,75	9,35%	265.331,71	498.065,57	87,71%	
CH	8,69	16,96	12,82%	363.910,69	45.331,86	-87,54%	
CSTR	16,72	11,90	14,31%	406.242,46	741.838,15	82,61%	
CTRN	9,07	14,02	11,54%	327.645,03	68.976,97	-78,95%	
	100,00	100,00	100%	2.838.357,42	2.838.357,42		

¹IAE: Índice de Aluno-Equivalente

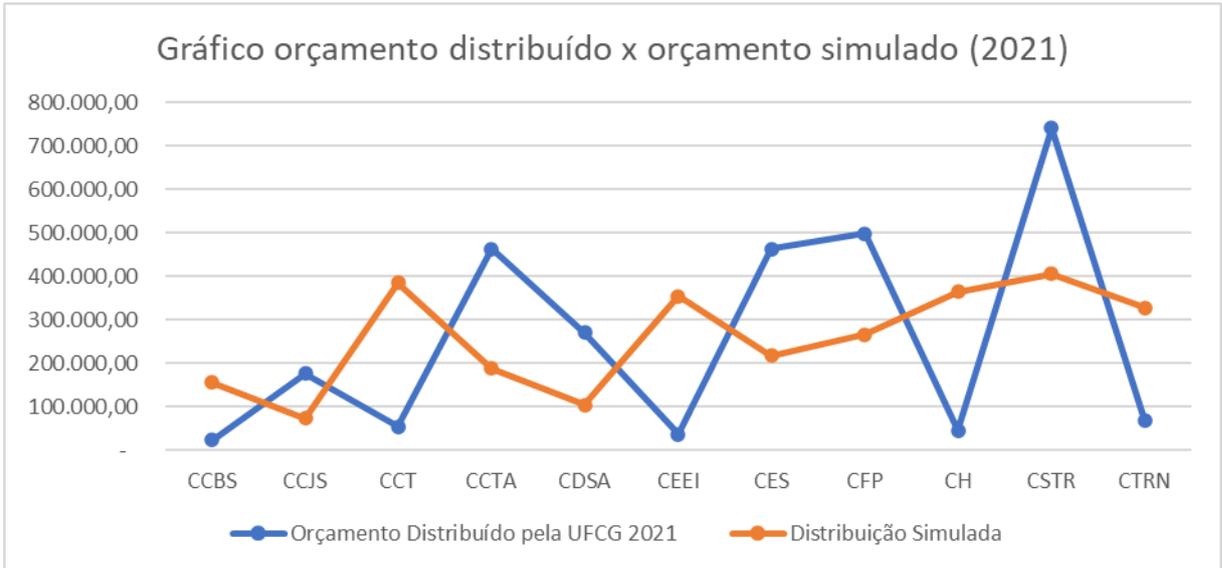
²IDQ: Índice Dimensão da Qualidade

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Conforme evidenciado na Tabela 22, como em todas as demais que há comparativo entre a Distribuição Simulada (DS) e o Orçamento Distribuído (OD), os centros de ensino localizados no *campus* sede da UFCG (CCBS, CCT, CEEI, CH e CTRN) têm recebido orçamento abaixo do que foi simulado pelo método proposto. Na mesma lógica, os centros localizados fora da sede (CCJS, CCTA, CDSA, CES, CFP e CSTR) receberam, no período de 2017 a 2021, orçamentos maiores do que o proposto pela metodologia sugerida, como melhor se observa nos Gráficos 06 e 07.

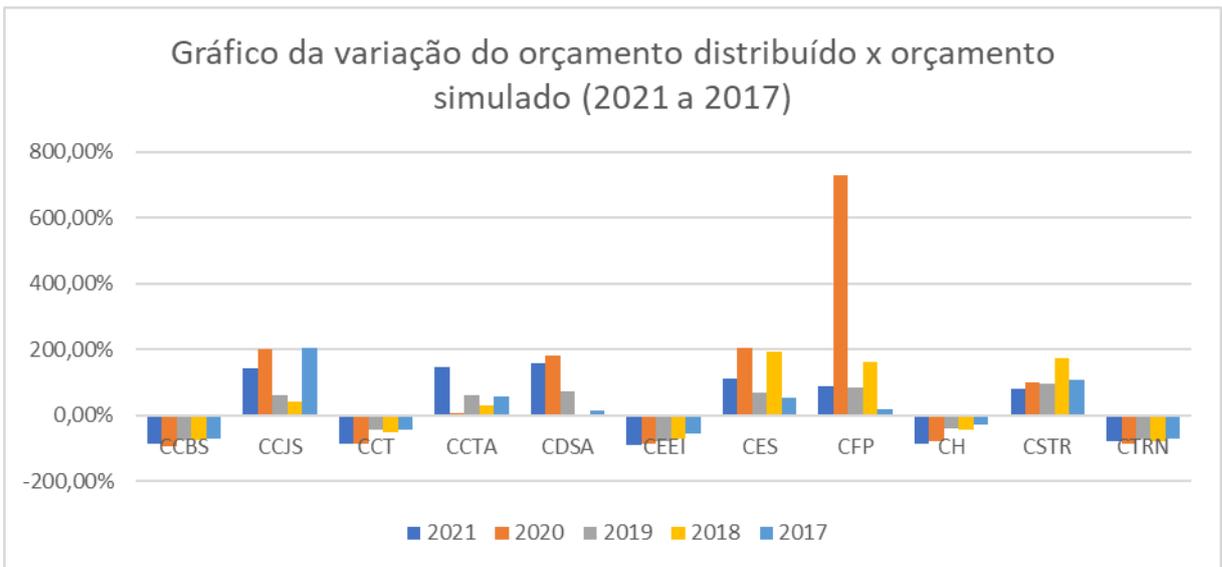
Ocorre que rotineiramente os centros de ensino da UFCG relatam falta de orçamento para atender suas necessidades. Desse modo, não podemos afirmar categoricamente que os centros fora da sede deveriam receber mais recursos que os localizados na sede da universidade. A falta de critérios técnicos ao longo dos anos dificulta saber a real carência vivenciada por esses centros.

Gráfico 06 – Orçamento distribuído x orçamento simulado (2021)



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Gráfico 07 – Variação do orçamento distribuído x orçamento simulado (2021 a 2017)



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Ademais, fato relevante ocorrido no ano de 2021 foi a posse de uma nova gestão administrativa no âmbito da UFCG, após anos de administração de um mesmo grupo político da universidade. Todavia, nenhuma mudança pôde ser percebida na forma de distribuição orçamentária, vista na prática, a metodologia continuou sendo a mesma, ou seja, de acordo com a demanda dos centros, os recursos foram sendo liberados conforme entendimento e análise subjetivos dos gestores.

Portanto, após a proposta e análises realizadas, apresenta-se no tópico a seguir as considerações finais, com o intuito de demonstrar quais as conclusões e sugestões desta pesquisa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo desenvolver e propor uma metodologia para definição da matriz de distribuição orçamentária, no âmbito da UFCG, alinhada às necessidades locais de cada unidade organizacional, a partir da análise fatorial.

Prosseguindo com a consecução dos objetivos desse estudo, foi efetuado um levantamento dos modelos de distribuição dos recursos orçamentários utilizados em outras IFES do Nordeste, visando identificar os indicadores adotados por essas instituições. Nessa etapa, foi possível perceber que as instituições alvo da pesquisa apresentaram modelos diferentes de distribuir o orçamento entre suas unidades e também revelaram fazer uso de indicadores variados, não existindo, portanto, padronização no modo de distribuição orçamentária interna entre elas. Algumas afirmaram, ainda, não se utilizar de modelo específico, a exemplo do que ocorre na UFCG.

Em seguida, foram identificados, com base na percepção dos gestores das unidades organizacionais, o grau de importância dos indicadores para a distribuição interna de recursos. Ao envolver gestores que trabalham diretamente com orçamento na UFCG, foi possível ter um panorama geral de como eles avaliam a importância dos indicadores para as unidades, sendo que os indicadores apontados pela análise fatorial como os mais importantes foram utilizados na matriz de distribuição dessa pesquisa.

Consequentemente, elaborou-se um modelo de distribuição dos recursos orçamentários discricionários, a partir dos indicadores adotados por outras IFES do Nordeste e apontados como os mais importantes para as unidades organizacionais da UFCG através da análise fatorial. Nesse modelo, foram utilizadas fórmulas pré-definidas pelo Ministério da Educação, visto que os indicadores selecionados pela análise fatorial fazem parte da Matriz OCC do MEC, conforme Portaria MEC nº 748, de 22 de setembro de 2021. Tais fórmulas utilizam dados que foram extraídos de bases oficiais, como INEP e e-MEC.

Por último, buscou-se comparar os resultados do modelo proposto de distribuição dos recursos orçamentários discricionários com o histórico de distribuição orçamentária da UFCG. A comparação se deu para os 11 (onze) Centros de Ensino da UFCG, no período de 2017 a 2021. Para isso, foram efetuados cálculos através de planilhas eletrônicas com base nos dados especificados anteriormente.

Desse modo, a partir dos resultados alcançados na pesquisa, pôde-se concluir que o método proposto, apesar de apresentar características técnicas relevantes para a distribuição orçamentária, ainda não é suficiente para ser utilizado efetivamente pela instituição

pesquisada, visto as variações de particularidades encontradas em cada Centro de Ensino e também por ter apresentado bastante discrepância entre o total de orçamento simulado pelo método e o orçamento efetivamente distribuído aos centros pela gestão da universidade nos períodos estudados. Logo, necessitaria de estudos e consultas mais aprofundados para tentar garantir uma maior fidedignidade de sua utilização.

Além disso, os resultados mostraram que os cortes e os contingenciamentos no orçamento por parte do governo federal impactaram, consideravelmente, os recursos distribuídos aos centros nos anos de pandemia. Todavia, há de se considerar que um possível aumento no orçamento dos centros não implicará em aumento de disponibilidade de recursos, haja vista que fatores como aumento de custos contratuais e inflação nos preços de produtos e serviços no mercado afetam diretamente esses orçamentos.

A falta de um sistema de gestão capaz de monitorar o orçamento e sua destinação no âmbito interno da instituição, a fim de que o gestor possa tomar melhores decisões e obter controle dos gastos, e a criação de uma equipe de trabalho voltada para esse gerenciamento orçamentário ainda se constituem como desafios a serem superados pela gestão da universidade. Ocorre que, atualmente, o gerenciamento orçamentário é realizado por um único servidor público, gerando riscos significativos para a instituição.

A partir da discussão apresentada, recomenda-se que a UFCG busque aprofundar o método apresentado neste trabalho, no sentido de incluir novos indicadores e alternativas que possibilitem distribuir de forma mais justa o orçamento entre os Centros de Ensino da instituição, sempre considerando que as necessidades de cada um deles são diferentes. De acordo com Sousa (2021), “a matriz de distribuição orçamentária é um instrumento que proporciona transparência e maior eficiência na distribuição dos recursos e, de quebra, cria uma certa necessidade de melhoria constante por parte da universidade, uma vez que a distribuição está diretamente ligada a alguns indicadores institucionais”.

No que diz respeito às limitações à consecução deste trabalho, pode-se mencionar as poucas pesquisas realizadas acerca da temática ora abordada, a dificuldade de encontrar documentos públicos que apresentassem modelos de distribuição orçamentária de outras IFES, e a densidade de informações necessárias para a aplicação das fórmulas do modelo proposto por esse estudo.

Convém salientar que o tema aqui discutido não se esgota neste estudo, uma vez que constitui ponto de partida para a promoção de debates em torno da distribuição orçamentária no ambiente interno da universidade, no que toca não só aos seus recursos de custeio, mas também aos recursos de investimentos, assistência estudantil e de melhoria da aplicação de

recursos considerados específicos, essenciais para a manutenção e funcionamento das universidades.

Por isso, espera-se que pesquisas como esta possam ser desenvolvidas em outras IFES, de modo que se investiguem diferentes realidades locais, as opiniões de outros gestores, provocando, assim, novas discussões sobre a temática.

REFERÊNCIAS

- ABREU, C. R.; CÂMARA, L. M. O orçamento público como instrumento de ação governamental: uma análise de suas redefinições no contexto da formulação de políticas públicas de infraestrutura. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 49(1), p. 73-90, jan./fev. 2015.
- ALVES, R. T. M.; VIEIRA, K. M.; POTRICH, A. C.; CAMPARA, J. P.; PARABONI, A. L. Gestão orçamentária na UFSM: percepção dos diferentes agentes. **Revista de Informação Contábil**. Vol. 8, nº 3, p. 120-138, jul./dez. 2014.
- AMARAL, N. C. Autonomia e financiamento das IFES: desafios e ações. **Avaliação, Campinas**, v. 13, n. 3, p. 647-680, nov. 2008. Disponível em: www.scielo.br/pdf/aval/v13n3/03.pdf. Acesso em: 21 mar.2013.
- ANDIFES. **Basta de Retrocessos**. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/?p=92864>. Acesso em: 23 ago. 2022.
- ANDRADE, Vinicius Reis; BRAGA, Márcio Bobik; MORAES, Antônio Carlos de. A importância da classificação da receita pública por esfera orçamentária na gestão orçamentária brasileira. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 5, p. 1095-1111, 2020.
- AZEVEDO, R. R.; AQUINO, A. C. B. O planejamento em municípios de pequeno porte em São Paulo. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 10, n. 26, p. 63-76, 2016.
- AZEVEDO, R. R.; CARDOSO, R. L.; CUNHA, A. S. M.; WAMPLER, B. O orçamento participativo e a dinâmica orçamentária no setor público. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 16, n. 1, p. 1-14, 2022.
- BARBOSA, M. P.; PETTERINI, F. C.; FERREIRA, R. T. Política de expansão das universidades federais: é possível potencializar os impactos econômicos?. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 24, n. 1, p. 1-24, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2020190230>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/kbtygY3wsfgCk3NyP98f9ZP/?lang=pt>. Acesso em: 15 out.2021.
- BEZERRA, F. A. Análise Fatorial. In. Corrar, Luiz J.; Paulo, Edilson; Dias-Filho, J. Maria (Coord.). **Análise multivariada: para os cursos de administração, ciências contábeis e economia**. São Paulo: Atlas, 2007, p. 73-130.
- BEZERRA, F. A., CORRAR, L. J. Utilização da análise fatorial na identificação dos principais indicadores para avaliação do desempenho financeiro: uma aplicação nas empresas de seguros **Revista de Contabilidade e Finanças – USP**. São Paulo, n.42, p. 50-62, set./dez. 2006.
- BEZERRA FILHO, J. E. **Orçamento aplicado ao setor público: abordagem simples e objetiva**. São Paulo: Atlas, 2012.
- BRASIL (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: **Presidência da República**, [2020]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 22 mai. 2022.

BRASIL (2007). Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, DF. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 20 mai. 2022.

BRASIL (2010). Decreto nº 7.233, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre os procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária, e dá outras providências.** Brasília. Disponível em: de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7233.htm. Acesso em: 08 mai. 2022.

BRASIL (1967). Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. **Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.** Brasília. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm. Acesso em: 18 mai. 2022.

BRASIL (1964). Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. **Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.** Brasília. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 18 mai. 2022.

BRASIL (2000). Lei nº 101, de 04 de maio de 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 19 set. 2022.

BRASIL. Confederação Nacional dos Municípios – CNM. **Planejamento Municipal.**

Brasília: CNM, 2013. Disponível em: <http://www.amvapmg.org.br/050913d.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP.** 9ª edição. Brasília, 2021. 6 v. Disponível em:

https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9_ID_PUBLICACAO:41943. Acesso em: 28 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria de Orçamento Federal. **Manual Técnico de Orçamento - MTO 2022.** ed. 2022 v.15. Brasília, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria nº 651, de 24 de julho de 2013. **Regulamenta a NOB SUS 01/96 no que se refere às competências da União, estados, municípios e Distrito Federal, na área de epidemiologia e controle de doenças, define a sistemática de financiamento e dá providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jul.2013. ed. 143, seção 1, p. 9.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria nº 748, de 22 de setembro de 2021. **Altera a Portaria MEC nº 651, de 24 de julho de 2013.** Diário Oficial da União,

Brasília, DF, 24set. 2021. ed. 182, seção 1, p. 61.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 31. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

CARVALHO, J. R. M.; AMORIM, W. V. T.; CARVALHO, E. K. M. A. Desempenho organizacional de uma IES pública: uma análise a partir da perspectiva da capacidade absorptiva e da inovação. In: XXV Seminários de Administração da USP, 2022, São Paulo, SP. **Seminários de Administração da USP**. São Paulo, SP: FEA/USP, 2022. v. 25. p. 1-17.

CASSI, G. H. G.; GONÇALVES, O. O. Emenda Constitucional 95/2016: Propósito e Consequências do Novo Regime Fiscal. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC**. Volume 40, n.1 - jan./jun. 2020.

CUNHA, J. P.; VASCONCELOS, P. B. Gestão fiscal responsável: o uso de classificações orçamentárias na administração pública. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 69, n. 1, p. 7-28, jan./mar. 2018.

DIVINO, S. N.; BEZERRA FILHO, J. E.; NOSSA, S. N. Motivações para a transparência orçamentária municipal. **Gestão & Conexões**, v. 8, n. 2, p. 140-157, 2019.

EVANGELISTA, G. L.L.; ALMEIDA, A. N.; ABREU, L. M. Indicadores de avaliação da gestão orçamentária universitária – um estudo de caso para a Universidade de Brasília. **Meta: Avaliação**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 36, p. 689-718, jul./set. 2020.

FERNANDES, A. C.; OLIVEIRA, L. B. Análise fatorial exploratória: uma técnica para análise de dados. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental**, 2021. p. 1-8.

FERNÁNDEZ-GUTIÉRREZ, M.; WALLE, S. V. Equity or Efficiency? Explaining Public Official's Values. **Public Administration Review**. 79(1), 25-34, 2018.

FONSECA, A. A. Método de alocação de recursos orçamentários em uma Instituição Federal de Ensino. 2019. 111 f. **Dissertação (Mestrado)**. Volta Redonda, UFF, 2019.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FORSUND, F. R. **Measuring Effectiveness of Production in the Public Sector**. Omega. 73(1),93-103, 2017.

FREITAS, C. M. Análise do financiamento das instituições federais de ensino superior da região Sudeste brasileira. 2006. 114 f. **Dissertação (Mestrado)**. Florianópolis, UFSC, 2006.

GAMA JUNIOR, G. P.; BOUZADA, M. A. C. Uma proposta alternativa de distribuição orçamentária para as unidades da UFRJ. **Revista Brasileira de Administração Científica**, Aquidabã, v.6, n.2, p.186-203, 2015.

GIACOMONI, J. Orçamento público. 15.ed. São Paulo: Atlas, 2010. GIACOMONI, J. **Orçamento público**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES NETO, J. M. W.; COUTINHO, J. H. M.; CARVALHO NETO, E. R.; SOUZA, H. L. L. Governabilidade, Urgência e Relevância: medidas provisórias e a judicialização da política orçamentária no Brasil. **Revista Política Hoje**, vol. 18, n. 2, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politicoahoje/article/view/3843/3147>. Acesso em: 14 out. 2021.

GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 201-210, mai./ago. 2006.

KEUNECKE, L. P.; TELES, J.; MELO, P. A. Práticas de accountability: transparência e prestação de contas nas instituições públicas de ensino superior da região sul do Brasil. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 98-118, set./dez. 2020.

LOPES, L.; BIDERMAN, C. Classificações orçamentárias no Brasil: uma análise do orçamento federal. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p. 47-66, jan./fev. 2017.

MANARA, M. E. *et al.* A importância do Orçamento Público: Estudo de Caso do Município de Pinto Bandeira. **Anais da XVII Mostra de Iniciação Científica**. UCS, v. 6, p. 1-15, 2017.

MARQUES, Márcia Danielle Rodrigues. Planejamento e Gestão Orçamentária da Universidade Federal de Campina Grande/PB: proposição de um modelo participativo. 2018. 126f. **Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública – PROFIAP/UFCG)** – Universidade Federal de Campina Grande, Sousa/PB.

MENDONÇA, A. C. A. Distribuição orçamentária da Universidade Federal de Juiz de Fora: uma proposta de revisão do modelo. 2016. 116f. **Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública)** – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

MENDONÇA, André Luiz Marques; SANTOS, Flávia de Paula Duque. Manual técnico do orçamento: um estudo sobre as classificações orçamentárias no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 70, n. 1, p. 1-26, 2019.

MÓNICO, Lisete; ALFERES, Valentim; PARREIRA, Pedro; CASTRO, Paulo Alexandre. A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. **Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa (CIAIQ)**, v. 3, Atas - Investigação Qualitativa em Ciências Sociais, 2017.

MONTEIRO, J. J.; RENGEL, R.; ROSA, F. S.; LUNKES, R. J.; HASKEL, A. P. Reflexos da Covid-19 no orçamento público do governo federal. **Revista Gestão Organizacional**, v. 14, n. 1, p. 97-116, 2021.

MORGADO, L. F. Textos para discussão 85: O Orçamento Público e a Automação do Processo Orçamentário. Centro de Estudos da Consultoria do Senado. Brasília, 2011.

NUINTIM, A. A.; BENEDICTO, G. C.; CALEGÁRIO, C. L. L.; CURI, M. A.; NOGUEIRA,

L. R. T. Eficiência da Aplicação de Recursos Públicos nas Universidades Federais. In: **Anais do XXI Congresso Brasileiro de Custos**. Natal, RN, Brasil, 17 a 19 de novembro de 2014.

OLIVEIRA, C. L.; FERREIRA, F. G. B. O Orçamento Público no Estado Constitucional Democrático e a Deficiência Crônica na Gestão das Finanças Públicas no Brasil. **Sequência** (Florianópolis), n. 76, p. 183-212, ago. 2017.

OLIVEIRA, T. C.; CARVALHO, A. V. A. Indicadores de resultado primário: uma análise sobre o orçamento público brasileiro. **Revista Brasileira de Contabilidade**, v. 213, n. 3, p. 63-74, 2020.

PEREIRA, V.H.S.; ALVES, H.F.A. O Reflexo da Retenção de Alunos no Orçamento da Universidade Federal do Cariri. **Revista Opara – Ciências Contemporâneas Aplicadas**, FACAPE, Petrolina, v. 10, n. 1, p. 26-45, jan./abr., 2020.

PIRES, A. P. S.; SANTOS, A. M. Análise fatorial exploratória: aplicação no estudo da satisfação do cliente. **Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão**, v. 19, n. 2, p. 29-40, 2020.

PIRES, Julio Cesar et al. Análise das Receitas Públicas Municipais: Uma Comparação entre Dois Municípios do Estado de São Paulo. **Revista de Administração Pública**, v. 53, n. 3, p. 536-551, 2019.

PIRES, J. S. D. B.; MOTTA, W. F. A evolução histórica do orçamento público e sua importância para a sociedade. *Enfoque Reflexão Contábil*, vol. 25, n. 2, p. 16-25, mai./ago. 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3071/307127127002.pdf>. Acesso em: 13 out. 2021.

PIRES, V. A. **Orçamento público: abordagem tecnopolítica**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2011.

PISCITELLI, R. B.; TIMBÓ, M. Z.F.; ROSA, M. B. **Contabilidade pública – uma abordagem da administração financeira pública**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

QUIRINO, S. R. Orçamento público como fonte de estudos educacionais. **Revista de Financiamento da Educação – Fineduca**. Porto Alegre: UFRGS. V.1, n.9, p.1-18, 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/24580/23803>. Acesso em: 14 out. 2021.

REIS, C. Z. T. *et al.* Variáveis discriminantes do nível de institucionalização do modelo orçamentário nas universidades federais. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 16, n. 39, p.83-100, ago. 2014.

RIBEIRO, H. C. Integração entre planejamento estratégico e orçamento: um estudo de caso no Tribunal Superior Eleitoral. 2011. 97 f. **Dissertação (Mestrado)**. Brasília, UnB, 2011.

RIBEIRO, M. S. S. et al. A importância dos indicadores de resultado primário no orçamento público. **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania**, v. 24, n. 80, p. 91-108, 2019.

RICHARDSON, R. J. *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2009.

ROSCOFF, Renan Kaizer dos Santos. O alinhamento entre planejamento e execução orçamentária na Universidade Federal do Pampa no período de 2008 a 2018. 121 f. **Dissertação (Mestrado)**. Santa Maria/RS, UNIPAMPA, 2020.

SÁ, Luana de et al. Classificação da Receita Orçamentária por Natureza: Um Estudo de Caso do Município de Canindé-CE. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v. 5, n. 1, p. 95-108, 2020.

SANTOS FILHO, J.E.; OLIVEIRA, L.N. A execução orçamentária das instituições federais de ensino superior do Brasil, uma visão regionalizada para o período 2000-2016. In: **Anais do I Congresso Internacional de Desempenho do Setor Público**. Florianópolis. SC, set 2017. Disponível em: <http://cidesp.com.br/index.php/1cidesp/1cidesp/paper/view/90>. Acesso em: 15 out. 2021.

SANTOS, R.; LEITE, R. Transparência na gestão pública: um estudo sobre a classificação orçamentária brasileira. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, p. 421-439, mar./abr. 2020.

SILVA, Gabriel Pimentel da. Orçamento Público: Um Estudo das Emendas dos Congressistas do DF. 2020. 129 f., il. **Dissertação (Mestrado Profissional em Economia)** - Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

SILVA, José Luiz Ribeiro da. Uma análise da evolução da classificação orçamentária de receitas no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 3, p. 509-527, 2018.

SILVA, L. M. **Contabilidade governamental**: um enfoque administrativo. São Paulo:Atlas, 2004.

SILVA, P. M. *et al.* Planejamento orçamentário: as práticas da Universidade Federal de Lavras. **Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL**, Florianópolis, v. 5, n. 4, p.209-227, dez. 2012. Edição Especial.

SILVA, S. P. Planejamento orçamentário e trajetória operacional da política de economia solidária no Brasil (2004-2019). **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v. 5, n. 3, p. 416-438, 2020.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A. Pesquisa Científica. In: GERHARDT, T. E.; SOUZA, A. C. (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, p. 31-42, 2009.

SOARES, I.; SOARES, I. T. S.; VALENÇA, S.; MENELAU, S. Políticas públicas de turismo municipal: uma análise sob a ótica do orçamento público no Município de Caruaru. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 10, n. 2, p. 320-343, 2022.

SOUSA, Isabela Motta do Vale. Novo regime fiscal e seus efeitos sobre despesas discricionárias da universidade de Brasília. / Isabela Motta do Vale Sousa. **Dissertação (Mestrado)**. Brasília, 2021. 93 p.

SOUSA, Artur Sotéro de. Gestão na educação superior sob a ótica da transparência: um estudo sobre a distribuição de recursos na Universidade Federal da Paraíba / Artur Sotéro de Sousa. **Dissertação (Mestrado)**. João Pessoa, 2021. 140 f. : il.

SPEEDEN, E. A.; PEREZ, O. C. Fatores que Impactam na Qualidade do Planejamento Orçamentário dos Municípios do Estado de São Paulo. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 12, n. 1, p. 1-17, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Conselho de Administração. **Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) 2014 – 2018**, Ata da 1ª Sessão Extraordinária, de 09 de fevereiro de 2015.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZAMBENEDETTI, L.; ANGONESE, R. O Processo Orçamentário de uma Instituição Pública Federal de Ensino sob a Ótica do Isomorfismo. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 12, n. 2, p. 1-15, 2020.

ZAMBENEDETTI, L.; ANGONESE, R. Relações de Poder e Interesses Institucionais em uma IES na Perspectiva de Execução do Orçamento Público. **GESTÃO.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 19, n. 1, p. 72-87, 2021.

APÊNDICE A

Grupos de Cursos, Peso por Grupos, Áreas de Conhecimento e Fator de Retenção

Grupo	Peso Por Grupo*	Área	Descrição da Área	Fator de Retenção	Duração Média
A1	4,5	CS1	Medicina	0,0650	6
		CS2	Veterinária, Odontologia, Zootecnia	0,0650	5
A2	2,0	CET	Ciências Exatas e da Terra	0,1325	4
		CB	Ciências Biológicas	0,1250	4
		ENG	Engenharias	0,0820	5
		TEC	Tecnólogos	0,0820	3
		CS3	Nutrição, Farmácia	0,0660	5
		CA	Ciências Agrárias	0,0500	5
A3	1,5	CE2	Ciências Exatas - Computação	0,1325	4
		CE1	Ciências Exatas – Matemática e Estatística	0,1325	4
		CSC	Arquitetura/Urbanismo	0,1200	4
		A	Artes	0,1150	4
		M	Música	0,1150	4
		CS4	Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Educação Física	0,0660	5
A4	1,0	CSA	Ciências Sociais Aplicadas	0,1200	4
		CSB	Direito	0,1200	5
		LL	Linguística e Letras	0,1150	4
		CH	Ciências Humanas	0,1000	4
		CH1	Psicologia	0,1000	5
		CH2	Formação de Professor	0,1000	4

* Peso por Grupo para os Cursos de Graduação e de Pós-Graduação.

** O Peso para a Residência Médica será sempre 1,0.

Fonte: MEC, 2005